



Fundação Getúlio Vargas

E P G E
Escola de Pós-Graduação em Economia

Seminários de Pesquisa Econômica II
(2ª parte)

Antonio Maria da Silveira
(EPGE/FGV)

**“POR UMA CIÊNCIA ECONÔMICA
FILOSOFICAMENTE
INFORMADA”**

LOCAL: Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 190 - 10º andar
Sala 1021

DATA: 13/10/94 (quinta-feira)

HORÁRIO: 15:30h

Coordenação: Prof. Pedro Cavalcanti Ferreira
Tel: 536-9353

Nº 230

ESTUDOS SOBRE A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR
Vol. II

Brena Paula Magono Fernandez

Maria Tereza Garcia Duarte

Sergio Grumbach

Antonio Maria da Silveira (Coordenador)

Fevereiro de 1994

ESTUDOS SOBRE A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR, VOL II

Objetiva-se aqui desenvolver uma longa série de textos para discussão, com prioridade para trabalhos dos alunos de minhas disciplinas em Filosofia Econômica, o que em si já se constitui numa realização deste programa de pesquisa.

Além de exercício e estímulo para os alunos atuais, pois a participação é voluntária, a série deverá servir como fonte de exemplares para atrair e orientar novos alunos. Tem-se nela uma extensão da literatura sobre o tema, mas na forma de circulação restrita.

Buscar assim a crítica de colegas e de todos que possam dar alguma contribuição também nos motiva determinadamente. Os textos deverão ser submetidos para apresentação em congressos e publicação em revistas acadêmicas, podendo a série eventualmente levar-nos à organização de livros.

Antonio Maria

ESTUDOS SOBRE A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR, vol. II

A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR COMO PROGRAMA DE PESQUISA	4
Antonio Maria da Silveira	
WEBER E A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR	22
Sergio Grumbach	
ESTRATÉGIA EMPRESARIAL E TEORIA EVOLUCIONÁRIA SEGUNDO A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR	27
Maria Tereza Garcia Duarte	
O ECONOMISTA MAQUIAVEL.....	32
Brena Paula Magno Fernandez e Antonio Maria da Silveira	

JEL: B00 Metodologia e História do Pensamento Econômico.

Palavras Chaves: Aplicabilidade de Teorias, Realismo, Economia Positiva, Economia Normativa, Economia Pura ou Abstrata, Economia Social e Aplicada, Arte da Economia, Contenda do Método, Vício Ricardiano, Empirismo, Tecnocracia.

A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR COMO PROGRAMA DE PESQUISA*

Antonio Maria da Silveira

O tema central deste programa de pesquisa, que chamamos de Indeterminação de Senior, pode ser sucintamente colocado nas palavras de Marshall -- citado em Groenewegen (1990, p. xiv):

A Economia Política raramente responde qualquer questão social, assim como qualquer questão social raramente pode receber respostas independentemente da Economia Política.

Passamos a uma explicação sucinta, e à formulação a que chegamos ao vincular a matéria à literatura econômica. Existe uma divisão de trabalho nas ciências em geral, qualquer que seja o campo de conhecimento. Tanto em ciências da matéria inerte, quanto nas ciências da vida, ou da sociedade, a passagem do tempo tende a estabelecer uma especialização em três esferas do saber:

1 - Nível de abstração maior, ou lógica do fenômeno, só indiretamente aplicável, e que podemos imperfeitamente chamar de ciência pura ou abstrata. Como exemplos, Física e Economia Pura ou Abstrata (Teoria Neoclássica da Firma, Teoria do Crescimento). Para este nível, valem as palavras de Senior (1938, p. 3):

Mas as conclusões dele [do Político Economista], não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não o autorizam a adicionar uma simples sílaba de conselho.... A tarefa do político economista é... estabelecer os princípios gerais cuja ignorância seria fatal na condução dos afazeres práticos; não é, contudo, aconselhável, nem talvez praticável, entender tais princípios como guias exclusivos ou, mesmo, como guias mais importantes [nos afazeres práticos]...

2 - Nível de abstração menor, ou dialógica (dialética) do fenômeno, diretamente aplicável com as devidas qualificações, e que podemos imperfeitamente chamar de ciência aplicada. Como exemplos correspondentes, ciências da engenharia e economia social ou aplicada (Teoria Comportamental da Firma, Teoria do Desenvolvimento Econômico). Para este, tomamos as palavras de Knight (1960, p. 111):

Para dizer agora um pouco mais sobre o irrealismo da teoria econômica pura.... Todas as ciências do homem e da sociedade estão envolvidas quando se pressiona mais e mais a questão [da ação social, da escolha pública, e da decisão política] -- particularmente história e, possível e até mais especialmente, ética.

Knight segue Mill (1877, p. 152):

*Professor da FGV (EPGE) e da UFRJ (FEA). A primeira versão deste trabalho foi submetida ao CNPq em janeiro de 1993, como projeto de pesquisa. A segunda apareceu no vol. I desta série (Ensaio Econômico nº 223, EPGE/FGV, outubro de 1993).

Cada arte pressupõe, não uma ciência, mas ciência em geral; ou, pelo menos, muitas ciências distintas.

Mill segue Senior (1938, p.3):

Decidir em cada caso até quando as conclusões do Político Economista devem gerar ações, pertence à arte de governo, arte para qual a Economia Política é apenas uma das muitas Ciências subservientes.

3 - Nível de trato com a realidade, ou nível profissional, e que podemos imperfeitamente chamar de arte da ciência. Como exemplos, engenheiro ou economista profissional (assessor de estratégia empresarial, assessor de ministro do planejamento). Para este, continuamos nas palavras de Mill (1877, p. 155):

Ninguém que busque estabelecer proposições para orientação da humanidade pode dispensar, não importando suas realizações científicas, o conhecimento prático sobre as maneiras em que afazeres do mundo são de fato conduzidos, e uma ampla experiência pessoal com idéias, sentimentos, e tendências intelectuais e morais de fato existentes em seu país e em sua própria época.

Atualizando e generalizando os economistas citados, e que se constituem em marcos do desenvolvimento da ciência, formulamos a **INDETERMINAÇÃO DE SENIOR** nos termos seguintes (Silveira, 1991, p. 79):

As proposições da economia pura, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva pressupõe teorias puras da economia, assim como, em relevância variável, outras ciências sociais. Conclusões normativas -- sob a forma do que não pode ser feito -- são deriváveis de proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades do caso em questão.

A Indeterminação ecoa Aquino (cristianismo) que, no seguir Maimônides (judaísmo) e Averrois (islamismo), construiu a super-estrutura ideológica que legitimou o desenvolvimento da ciência: proposições gerais não resolvem casos particulares. Em princípio, ou por definição, especificidades não são captáveis por teoria alguma. A Indeterminação é o que se encontra inobservado no hábito que Schumpeter (1986, pp. 540, 1171) identificou, e chamou de **VÍCIO RICARDIANO**:

Eles [Senior, Mill e outros] quiseram apenas dizer que as questões de política econômica envolvem sempre tantos elementos não-econômicos, que seu tratamento não deve ser feito na base de considerações puramente econômicas... poder-se-ia apenas desejar que os economistas daquele (como de qualquer outro) período nunca se esquecessem deste toque de sabedoria -- nunca fossem culpados do Vício Ricardiano.... O Vício Ricardiano, a saber, o hábito de empilhar uma carga pesada de conclusões práticas sobre uma fundação tênue, que não se lhe iguala, mas que parece, em sua simplicidade, não apenas atrativa, mas também convincente.

As palavras de Schumpeter, dentro do contexto de desprestígio dos economistas no Brasil de hoje, e em menor extensão no Mundo, apontam para a

justificativa social do programa de pesquisa. Indeadidamente fundamentadas que sejam, as acusações populares aos economistas, pelos males da atualidade, constituem-se em meia-verdade. É preciso investigá-las, fundamentá-las devidamente, e buscar soluções. A análise da Indeterminação de Senior impõe-se claramente como questão maior.

Outra justificativa está no entendimento do atraso relativo da economia como ciência. Atribuí-lo à categoria de "ciência nova", é ignorar a história, bastando lembrar que William Petty foi veterano de Newton na Royal Society (Hayek, 1975). Atribuí-lo à complexidade e à mutabilidade do fenômeno, assim como à natureza semi-experimental do saber, é meia-verdade em que trabalhamos. Atribuí-lo à inexistência do nível de divisão do trabalho alcançado nas ciências da matéria inerte e da vida, é outra meia-verdade sob investigações: o Vício Ricardiano é indicador da recusa do especialista no reconhecer as limitações de sua especialização.

Faltaria ao economista abstrato, teórico ou experimental, o senso científico do físico, teórico ou experimental? Faltaria ao economista profissional o preceito ético do clínico geral, "que não trata de doenças mas de pacientes"? Faltaria ao economista social um departamento na universidade, e o seu reconhecimento público? A importância da divisão de trabalho para o progresso é, naturalmente, matéria sabida de todos os economistas, desde Adam Smith que a deixou bem clara.

As perguntas evocam questões sobre a formação dos economistas, como sobre **ideologia científica** (Kuhn, 1971), ou sobre **cientificismo** (Hayek, 1975). A falta de instrução filosófica e de senso histórico nos currículos escolares é patente. Evocam questões maiores, como grau de tecnocracia mais acentuado nos economistas, causado talvez por irrecusável **chamamento do dever público**, nas palavras de Schumpeter (1949). Mas evocam também questões menores, como **comportamento interesseiro**, aguçado talvez pelo fato dele retratar a premissa em que muitas vezes se fundamenta todo o ensino da ciência econômica: o Homem Econômico ou a **lei da economia**.

I. LINHAS DE PESQUISAS

1 - Uma linha bem acadêmica, fértil e mais acessível para teses de mestrado e monografias, visa completar a vinculação do tema à literatura econômica.

Quase todos os trabalhos sob nossa orientação (seção seguinte) encaixam-se aqui. Por exemplo, Schumpeter sugere que a Indeterminação foi esquecida em virtude de desvio da atenção para o problema de juízos de valor; Cairnes, Sidgwick e Weber o teriam provocado -- o primeiro e o último estão sendo investigados em (II-23) e (II-26), abaixo.

Pesquisas mais ambiciosas envolveriam, por exemplo, Adam Smith ou um metodólogo maior, Neville Keynes (1904). Hutchison (1981) seria uma alternativa. Os dois últimos trabalharam sobre a Contenda do Método, constituindo-se na sequência natural do artigo (II.8); seria pesquisa para um semestre, em cada um deles.

Quanto a Smith, pensamos numa investigação paralela sobre a importância, em sua obra, das "aspirações crescentes" do ser humano. Trata-se de uma dimensão

econômica do comportamento, não captada pelo Homem Econômico, mas recuperada no Homem Administrativo, da economia comportamental de Simon (1955). A ausência desta dimensão na teoria neoclássica (economia pura) limita o entendimento dos processos de crescimento, numa extensão que necessita ser estudada. Seria pesquisa para um ano.

2 - Uma linha mais difícil foi iniciada com o artigo (II-5), que estabelece paralelo entre uma teoria pura (micro-neoclássica) e outra sócio-econômica (estratégia empresarial). Segue-se-lhe um projeto de Maurício Fuks, "Economia Ambiental [Pura] e Economia Ecológica [Sócio-Economia]: Inquirições sobre Método e Escopo" (FGV/EPGE, janeiro de 1993).

O neo-austriaco Lachmann (1973) criticou a macroeconomia em termos do despropositado grau de abstração envolvido. Seria uma teoria pura, se o interpretamos no contexto da Indeterminação de Senior; por estranho que pareça, sua argumentação não pode ser ignorada. Tomando o neo-austriaco Hayek (1975), entretanto, a macro é economia aplicada, além de cientificismo.

Para Hicks (1980) por outro lado, a macro é da sócio-economia; pode-se substanciá-lo também com a existência de outro campo de pesquisa, a busca dos fundamentos microeconômicos da macro, não importando tanto seus sucessos ou fracassos. Vernengo procura esclarecer e resolver o problema (II-22).

A teoria do crescimento como versão pura que evoluiu da teoria sócio-econômica do desenvolvimento, é um projeto maior. Demandaria um ano e meio talvez. A tese de mestrado em que Duarte trabalha, **A Indeterminação de Senior e Kuznets**, (II-25), localiza-se nesta linha.

3 - Reconhecer a interação e, mesmo, a interdependência entre economia pura e social significa questionar a teoria de evolução da ciência de Kuhn (1971): evolução autônoma do conhecimento puro. Um projeto, estendendo Kuhn para absorver a Indeterminação, exigiria um ano.

4 - Em princípio, ou por definição, especialidades não são captáveis por teoria alguma. Dada a importância que elas tendem a assumir numa ocorrência qualquer do fenômeno social, teorias podem não explicar casos particulares. De Aquino ao realismo tem-se uma linha de pesquisa conectando a Indeterminação de Senior à literatura em filosofia da ciência. Whitehead (seis meses) e Popper (um ano) seriam bons começos neste processo de integração.

5 - O vício ricardiano alimenta uma tendência não-democrática talvez crescente: a tecnocracia como versão moderna da teocracia -- perdoem-me os leitores se nos sentimos na necessidade de afirmar que tecnocrata não é sinônimo de técnico, que "economistas no governo" não significa tecnocracia -- ocorre-nos (Frisch, 1985) como exemplo típico de cientista econômico que, além de ignorar a fronteira entre economia pura e social, foi um profissional ou técnico anti-tecnocrata por excelência.

A Indeterminação de Senior e a tecnocracia é uma grande questão, controversa e de significado maior. Coats (1981) precisa ser estudado, e mantemos muita expectativa na conexão deste estudo com a questão geral do poder dos peritos, e dos

peritos no Poder -- Haskell (1984), Price (1965) -- creio que seis meses seria tempo suficiente para um bom trabalho aqui.

II - TRABALHOS REALIZADOS E EM ANDAMENTO

a) Realizados (minha autoria ou co-autoria)

1 - **The Public Choice Sediton: Variations on a Theme by Buchanan.**

Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo., 1989.

Esta monografia foi escrita a caminho de um livro. Circulou entre alguns colegas, em Cambridge e Londres (recebi críticas de Geoffrey Harcourt e de Victoria Chick), e deu origem a dois artigos, "The Public Choice Sediton: The B-Twist" (criticado por Tony Lawson), e "The Public Choice Sediton: The Praise of Folly" (criticado por Herbert Simon).

O objetivo era escrever um terceiro, ainda sobre Escolha Pública, e reuni-los em livro (recebi proposta de publicação neste estágio, da parte de Edward Elgar). Os dois artigos foram revistos, resultando nos seguintes (2) e (3). Warren J. Samuels propôs-me reuni-los num artigo, que seria publicado em co-autoria. Nicholas Mercurio estava também envolvido, mas desistiu. Voltei ao tema no artigo (9), abaixo, já incorporando-o no programa de pesquisa que evoluiu de (4).

2 - "The Public Choice Sediton: Variations on the Theme of Scientific Warfare".

Análise e Conjuntura, porvindouro. Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo. 1990. Rio : Ensaio Econômico nº 165, da EPGE/FGV, 1990. **Anais do 18º Encontro Nacional de Economia**, Brasília, ANPEC-90, vol. 1, pp. 147-66.

Sinópsse

Dado um significativo elemento de verdade na Teoria da Escolha Pública, um modesto elemento também deve ser encontrado quando se conduz, em abordagem semelhante, um estudo sobre o comportamento de cientistas. Harry Johnson (1971) constatou este fato em "A Revolução Keynesiana e a Contra-Revolução Monetarista".

Seguindo-o, constatei bem mais na própria "Revolução" da Escolha Pública; suas visões, métodos e hipóteses básicas são analisadas dentro do contexto espacial e temporal em que ocorreu. Este artigo é um complemento à Sociologia do Conhecimento, uma embrionária Economia do Conhecimento; subtítulos igualmente sugestivos seriam "Variações sobre um Tema de Buchanan" ou "As Torções de Buchanan e Friedman".

3 - "The Public Choice Perspective and Knight's Institutional Bent".

Revista Brasileira de Economia, porvindouro. Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo. 1990. Rio: Ensaio Econômico nº 166, da EPGE/FGV, 1990. Apresentado na 18th Conference of the History of Economics Society, University of Maryland, June 15-7/1991. **Anais do 19º Encontro Nacional de Economia**, Curitiba, ANPEC-91, vol. 4, pp. 69-94.

Sinótese

É uma revelação a análise detalhada de pequena amostragem dos trabalhos da "Revolução" da Escolha Pública, escritos por seu protagonista principal, Buchanan (1988, 1987,...1965). O papel legitimador de Knight é ilusão ou farsa; afinidades de Knight com a economia comportamental são, por outro lado, estabelecidas. Suposições e motivações básicas compartilhadas com marxistas, assim como infundáveis pontos de contradição, são observados em Buchanan.

As inevitáveis contradições que surgem da complexidade e da parcialidade de teorias são distinguidas daquelas que são mais atribuíveis ao Vício Ricardiano. As linguagens de economistas abstratos, aplicados e profissionais são identificadas e criticamente examinadas.

4 - "A Indeterminação de Senior"

Revista de Economia Política 11 (out/dez 1991), pp. 70-88.

Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo. 1990. Rio: Ensaio Econômico nº 167, da EPGE/FGV, 1990. **Anais do 18º Encontro Nacional de Economia, Brasília, ANPEC-90**, vol. 1, pp. 221-38

Sinótese

Comprometimentos e requisitos de trabalho da economia abstrata, aplicada, e da arte da economia são considerados a partir de uma analogia com os campos da matéria inerte e da vida. A economia abstrata é a pura lógica do fenômeno. A economia aplicada positiva pressupõe a abstrata, além de várias outras ciências relevantes. A arte pressupõe a economia aplicada e o conhecimento direto das especificidades que caracterizam a individualidade temporal e espacial do fenômeno.

Trata-se de uma indeterminação que foi claramente formulada por Senior e Mill; sua conexão com o institucionalismo é considerada. O Vício Ricardiano é o hábito de ignorar a Indeterminação; suas causas são analisadas, e sua predominância na economia neoclássica é exemplificada.

5 - "Aplicabilidade de Teorias: Micro-Neoclássica e Estratégia Empresarial".

Revista de Economia Política, porvindouro. Rio: Ensaio Econômico nº 192, da EPGE/FGV, maio de 1992.

Sinótese

A matemática é um bem de capital, lógico e geral, para a construção da ciência empírica. A ciência empírica abstrata, aqui representada pela micro-neoclássica, é um bem de capital, lógico mas específico, para a construção da ciência aplicada. A ciência aplicada, aqui representada pela teoria positiva da estratégia empresarial, é um bem de capital, dialético e específico, para o aperfeiçoamento da arte da ciência, isto é, do domínio da realidade.

A complementaridade entre estas esferas do saber é óbvia, mas encontra-se ofuscada pelo Vício Ricardiano de muitos economistas. Sob esta visão, faz-se um estudo de caso dos trabalhos de H. Igor Ansoff, precursor da teoria de estratégia empresarial.

Partindo da iluminação neoclássica, Ansoff constatou penosamente a insuficiência dela. A prática empresarial exige também iluminações que só a política, a sociologia e a psicologia podem proporcionar. Através do entrelaçamento dialético ou dialógico das ciências sociais, a teoria estratégica então reformulada constitui-se na indispensável passagem para a prática.

Demanda-se racionalidade **econômico-social** do processo decisório. A teoria aplicada da passagem para a prática da política econômica não é ensinada hoje. A lacuna é sugerida pelo estudo, transparecendo a maior causa para o desprestígio atual do economista, no Brasil e no Mundo.

6 - "Teorias Econômicas: A Meia-Verdade Temporária".

Revista Brasileira de Economia, porvindouro. Rio: Ensaio Econômico nº 204, EPGE/FGV, dezembro de 1992. Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Determinismo nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 12-3/11/92. Incorpora os ensaios reunidos em "A Indeterminação de Senior: Ensaio Normativos". Rio: Ensaio Econômico nº 188, da EPGE/FGV, março de 1992.

Sinópsse

O tema é a relação da política econômica com a sua ciência, e a conclusão é pelo desenvolvimento de departamentos de economia social que formariam profissionais habilitados para a sua prática (a serviço dos políticos, naturalmente).

Discute-se a indeterminação derivada da incompletitude do conhecimento científico, tanto em sua esfera mais abstrata, onde prevalece a lógica dos modelos hipotético-dedutivos, quanto em sua esfera aplicada, com a dialógica das formulações interdisciplinares.

O tratamento é geral, com a discussão de economia e administração em paralelo com física e engenharia, e incorporação de medicina e direito em exemplificações. Na linha socrática da filosofia da ciência, o trabalho chega a fazer sentido do provérbio popular, "a teoria na prática é outra".

7 - "The Ricardian Vice and The Indetermination of Senior".

Rio: Ensaio Econômico nº 205, da EPGE/FGV, dezembro de 1992. Apresentado na **Fifth Annual International Conference of The Society for Advancement of Socio-Economics (SASE)**, New School for Social Research, New York, 26-8/3/1993.

Trata-se de uma revisão e extensão de (4), tendo em conta as críticas e o que foi desenvolvido em (5) e (6).

8 - "Senior, Wagner and Schomoller: Indetermination and Social Policy Conclusions".

Aceito para publicação em **Essays on Social Security and Taxation**, coordenado por Jürgen G. Backhaus, Avebury, UK. A primeira versão, "The Indetermination of Senior (or The Indetermination of Wagner) and Schmoller as a Social Economist", foi apresentada na **Conference on Schmoller and Wagner**, Heilbronn, Germany, October 15-18, 1992, circulando ainda como **Ensaio Econômico nº 212**, da EPGE/FGV, março de 1993. A

versão em português, "Wagner e Schmoller sob a Luz da Indeterminação de Senior", está aceita para publicação em **Estudos Econômicos** 23 (abr./ago. 1993), e saiu nos **Anais do XXI Encontro Nacional de Economia**, Belo Horizonte, ANPEC-93, vol. 2, pp. 421-38.

Sinótese

As proposições da economia pura, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva pressupõe teorias da economia pura e, com relevância variável, teorias de todas as ciências. Conclusões normativas -- sob a forma do que não deve ser feito -- são deriváveis das proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades do caso em questão.

Trata-se do que denominei Indeterminação de Senior; o hábito de ignorá-la é o chamado Vício Ricardiano. Faço aqui uma primeira incursão na história do pensamento econômico alemão. Wagner estava bem consciente da Indeterminação. O Vício dos economistas puros pode ter sido a motivação da luta de Schmoller. A Contenda do Método foi o primeiro grande conflito paradigmático entre economistas puros e sociais.

9 - "O Economista Maquiavel" - Em co-autoria com Brena Paula Magno Fernandez. Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência de Cultura, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.

Sinótese

A importância do cientista para a história do pensamento é uma variável datada. A Sedição da Escolha Pública, liderada por Buchanan, reforça a posição de Maquiavel entre os grandes economistas que conduziram a fase pré-histórica da ciência.

Maquiavel foi chamado de "pai ancestral" por Buchanan. Fazemos então um confronto entre ambos. Analisamos duas grandes questões: a percepção e o modelo do ser humano, e o poder e a concepção do governo.

Em termos do Vício Ricardiano e da relacionada Indeterminação de Senior, consideramos a divisão de trabalho entre ciência e sua arte, e as categorias em que se ajustam os trabalhos de ambos.

b) Realizados (outros autores)

10 - Barbosa, Marcelo Celani, e Oliveira, Edécio de. "A Determinação de Hayek". Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência de Cultura, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.

11 - Barbosa, Nelson et al. "Indeterminismo e a Metodologia da Economia Positiva".

Revista Brasileira de Economia, porvindouro. Apresentado no Congresso **Caos, Acaso e Determinismo nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 12-13/11/1992.

12 - Datz, Marcelo. "O Vício Ricardiano em Gary Becker".

Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência de Cultura, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.

13 - Duarte, Maria Tereza G. "Teoria Evolucionária e Estratégia Empresarial segundo a Indeterminação de Senior".

Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência de Cultura, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.

14 - Fernandez, Brena Paula Magno. **Maquiavel e o Vício Ricardiano**. Rio: EPGE/FGV, Pesquisa em Bolsa de Aperfeiçoamento do CNPq, mimeo, agosto de 1993.

15 - Freitas, Fábio e Lopes, Carlos F. "Fragilidade Financeira e Instabilidade Estrutural".

Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência de Cultura, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.

16 - Fuks, Maurício. "O Paradigma Entrópico na Economia: Incerteza relativa aos Recursos Naturais".

Revista Brasileira de Economia, porvindouro. Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Determinismo nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 12-13/11/1992. Derivado de **Considerações Preliminares sobre a Introdução do Conceito de Entropia na Ciência Econômica**. Rio: EPGE/FGV, Tese de Mestrado, fevereiro de 1992.

17 - Grumbach, Sérgio. **Weber e a Indeterminação de Senior**.

Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência de Cultura, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.

18 - Lopes, Carlos F. R. "Mises e o Vício Ricardiano".

Revista Brasileira de Economia, porvindouro. Derivado de **Mises e Indeterminação de Senior**. Rio: FEA/UFRJ, Monografia de Graduação, janeiro de 1992.

19 - Monteiro, Marcos Bustamante. "Marshall e a Indeterminação de Senior"

Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Determinismo nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 12-13/11/1992.

20 - Muls, Leonardo Marco. "O Vício Ricardiano no Debate sobre o Processo de Trabalho".

Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência de Cultura, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.

21 - Vernengo, Matias. "Keynes e o Vício Ricardiano".
Revista de Economia Política, porvindouro.

22 - Vernengo, Matias. "A Macro como Disciplina Autônoma".
Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência de Cultura, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.

c) Em andamento (outros autores)

23 - Amaral, Sérgio. **Cairnes e a Indeterminação de Senior**. (Monografia)

24 - Bastos, Guilherme S. **Humberto Bastos e a Arte da Economia**. (Monografia)

25 - Duarte, Maria Tereza Garcia. **Kuznets e a Indeterminação de Senior**. (Tese de Mestrado)

26 - Grumbach, Sergio. **Críticas ao Cientificismo**. (Monografia)

27 - Lopes, Carlos F. R. **Considerações sobre a Indeterminação de Senior e o Método em Myrdal e Shackle**. (Tese de Mestrado)

d) Em andamento (minha autoria)

28 - "A Arte da Economia segundo Economistas Puros: uma Pequena Amostra".

29- **Aplicabilidade de Teorias Econômicas**. Projeto de pesquisa para realização de um livro, aprovado na seleção do PNPE-1990, IPEA -- reunirá, em cinco capítulos, os artigos (4), (5), (6), (8) e (28) acima.

III. SETE ENSAIOS

Reunimos quatro ensaios no primeiro texto para discussão -- em "Estudos sobre a Indeterminação de Senior" , vol. I, **Ensaio Econômico nº 223**, EPGE/FGV.

No primeiro ensaio, (II-18), Lopes evidencia o Vício Ricardiano em Mises. Em sua leitura do clássico, **Ação Humana**, Lopes percebe dois construtos do ser humano, o nominal e o operacional. O primeiro é abrangente, mas inoperante na análise.

O segundo construto é a versão do Homem Econômico que se mostra operacional na análise, cuja abstração é assim caracterizada em nível máximo. Apesar disso, Mises sente-se à vontade para falar da realidade, e derivar inúmeras proposições normativas. Os exemplos citados indicam a dimensão estarecedora em que se apresenta o Vício Ricardiano em Mises.

No segundo ensaio, (II-21), Vernengo trabalha em lado oposto da questão, evidenciando a inexistência do Vício Ricardiano em Keynes; procura refutar assim nada menos do que uma acusação do próprio Schumpeter. Em sua leitura do clássico, **Teoria Geral**, Vernengo percebe dois níveis de abstração teórica, ocorrendo explícita passagem para o nível aplicado quando conclusões políticas estão em pauta.

Vernengo mostra evidências de avançada consciência da Indeterminação de Senior em Keynes, como: a) a cuidadosa qualificação das recomendações de política econômica, tendo em conta as especificidades temporais e espaciais em que são formuladas; b) a admiração maior pelo trabalho abstrato, enquanto restrito a seu domínio; c) o entendimento da economia como ciência moral; d) a preocupação com juízos de valor dos cientistas, os quais enevoam a distinção entre o normativo e o positivo.

No terceiro ensaio, (II-11), Barbosa, Freitas, Lopes e Vernengo confrontam a "Metodologia da Economia Positiva" de Friedman com a Indeterminação de Senior. O clássico da literatura metodológica, que há quatro décadas permanece em debate, e que ainda informa a postura filosófica dominante no neoclassicismo, é visto como esquizofrênico quando sob iluminação da Indeterminação de Senior.

Os autores mostram que Friedman reduz a ciência à economia pura. O irrealismo dos postulados é vangloriado -- Samuelson cunhou a expressão Torção-F para a vanglória. O objetivo da ciência é reduzido a previsões sobre o mundo real. As conclusões normativas dependem adicionalmente apenas de gostos e de juízos de valor.

Tem-se uma ciência abstrata (economia pura), como a física, com atribuições de ciência aplicada (economia social), como as ciências da engenharia: Esquizofrenia-F seria o cunho, caso os autores acompanhassem Samuelson.

Finalmente, Monteiro, (II-19), toma o clássico marshalliano, **Principles of Economics**, buscando evidenciar quão perto esteve Marshall da formulação da Indeterminação de Senior; existe ainda o propósito de indicar a motivação social do grande economista -- reproduzimos a primeira versão do trabalho; à última, apresentada em congresso, ficou incompleta em sua forma escrita, devido a viagem do autor para aperfeiçoamento na Bélgica.

Lê-se na seleção de citações que Marshall reconhece até certo ponto a legitimidade da economia pura, com a busca do conhecimento pelo conhecimento. As qualificações podem ser relacionadas a seu tempo, à Contenda do Método em particular.

Sua preocupação com o Vício Ricardiano é evidente, faltando-lhe lamentavelmente um nome para a prática -- ao citar Ricardo como caso limite na extensão das cadeias de raciocínio, deixa entrever que poderia não questionar a denominação dada por Schumpeter.

As limitações do construto Homem Econômico frente à sua contrapartida real são afirmadas e reafirmadas enfaticamente. O caráter tendencial das leis econômicas recebe tratamento similar. A consciência do efeito das especificidades temporais e espaciais em ocorrências do fenômeno econômico manifesta-se com clareza.

Vê-se a proximidade do entendimento da economia social, mas a não individualização dela, e nem mesmo da economia aplicada; ambas estão mescladas com a arte da economia. Vendo o pesquisador em sua época e lugar, não há como pedir mais.

Reunimos três outros ensaios neste segundo texto para discussão. No primeiro, Grumbach sintetiza a posição metodológica de Weber, no que tem de relevante para a Indeterminação de Senior.

Weber formula os "tipos ideais" como simplificações da realidade, necessárias para atender ao princípio da contradição da lógica, e permitir assim o desenvolvimento de teorias puras. Margenau (1966) segue Weber, usando para tipos ideais a denominação mais comum de construtos.

A complexidade do real permite a formulação de tipos ideais distintos para a análise do mesmo fenômeno, inclusive quando o objetivo analítico é o mesmo. A ideologia dos pesquisadores determina o que é visto como importante na realidade, e assim o que dela é mantido nos tipos ideais; outros aspectos sistemáticos são abstraídos.

Teorias puras são assim parciais, e contaminadas ab ovo por ideologias. Observa-se que Schumpeter (1949) segue Weber, e que a questão é diferente e mais profunda do que o problema dos juízos de valor que, conscientemente ou não, informam a derivação de proposições normativas a partir de teorias.

Grumbach enfatiza repetidamente a incompletitude das teorias puras. Sua síntese de Weber mostra uma posição metodológica não apenas compatível com a Indeterminação de Senior, mas talvez a mais consistente e enfática fundamentação dela.

No segundo ensaio, Duarte apresenta uma análise estática comparada entre a teoria evolucionária de Nelson e Winter e a abordagem da estratégia empresarial de Rumelt, Shedell e Teece. A Indeterminação de Senior revela tensões e contradições internas e paralelas, completando e estendendo o que se percebeu na análise da evolução de Ansoff (II-5).

Aspira-se o desenvolvimento de uma teoria pura para o fenômeno da estratégia empresarial, mas uma teoria que mantenha suficiente aderência com a realidade e permita, inclusive, predições mais acuradas! Critica-se a teoria ortodoxa pelas abstrações que a tornam incompatível com a realidade, querendo-se na teoria pura a generalização empírica do observado em incontáveis estudos de caso.

Observa-se, pelo relato de Duarte, mais do que conflito paradigmático entre cientistas abstratos e aplicados. Rejeita-se o entendimento da estratégia como economia aplicada. Há aqui um problema que nos levou a priorizar a terminologia economia pura (em substituição a abstrata) e economia social, distinguindo entre a última e o que se entende usualmente por economia aplicada.

Reservamos para economia aplicada apenas a reunião de seus campos mais especializados e mais próximos da realidade, reconhecendo que é matéria que se localiza no interior da disciplina. Definimos economia social, ou sócio-economia, como ciência

aplicada interdisciplinar que ilumina fenômenos econômicos, em tudo que têm de geral e necessário -- veja (II-8).

O fenômeno da estratégia empresarial e da inovação tecnológica é obviamente do domínio da economia social -- nome usado por Wagner (1886) -- ou da sócio-economia -- nome usado pelos que se ligam hoje à SASE (Society for the Advancement of Socio-Economics). Fora da interdisciplinaridade, conclusões normativas são apenas exemplares extremos do Vício Ricardiano.

Buchanan, o principal protagonista da Sedição da Escolha Pública, afirma que Maquiavel foi o "pai ancestral" deste movimento acadêmico. No terceiro ensaio, Fernandez e Silveira fazem um confronto entre o revolucionário da Renascença e o seu autodeclarado discípulo hodierno.

Analisa-se a percepção e o construto do ser humano, a importância do poder nas relações políticas e a concepção do governo, assim como a Indeterminação de Senior na obra dos dois autores. Conclui-se por diferenças significativas que invalidam a filiação de Maquiavel.

A Sedição estende a teoria neoclássica para a análise do comportamento dos governantes, constituindo-se em economia pura, enquanto a análise de Maquiavel enquadra-se precursoramente na economia social. Maquiavel enfatiza a força das armas e a mão-ostensivamente-visível dos governantes, enquanto Buchanan restringe-se à mão-invisível smithiana e abstrai as relações de poder.

Buchanan é adicto do Vício Ricardiano, e em destaque dentre os grandes economistas hodiernos. Maquiavel não. Como precursor no longo processo de gestação do construto Homem Econômico, Maquiavel já possuía seu nome inscrito na História da Economia.

Buchanan reforça este reconhecimento e chama atenção para o fato de que o construto neoclássico foi originalmente desenvolvido na análise política. Trata-se de excelente mas involuntária cutucada nos que se ufanam de pertencer à mais "dura" das ciências "moles".

IV. BIBLIOGRAFIA

- Alchian, Armen A. 1950. "Uncertainty, Evolution and Economic Theory". *Journal of Political Economy* LVII (June): 211-21.
- Ando, A. 1979. "On the Contributions of Herbert A. Simon to Economics". *Scandinavian Journal of Economics* 81 (1): 83-93.
- Ansoff, H. Igor. 1965/1987. *Corporate Strategy*. New York: McGraw-Hill. New ed., Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.
- 1979. *Strategic Management*. London: Macmillan.
- 1984. *Implanting Strategic Management*. New York: Prentice Hall.
- Baumol, W. J. 1979. "On The Contributions of Herbert A. Simon to Economics". *Scandinavian Journal of Economics* 81(1): 74-82.

- Baranzini, Mauro and Scazzieri, Roberto. 1986. "Knowledge in Economics: a Framework". In **Foundations of Economics: Structures of Inquiry in Economic Theory**, ed. by Mauro Baranzini and Roberto Scazzieri. New York: Basil Blackwell.
- Barbosa, Marcelo C. e Oliveira, Edelcio. 1993. "A Determinação de Hayek". Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.
- Barbosa, Nelson et al. Porvindouro. "Indeterminismo e a Metodologia da Economia Positiva". **Revista Brasileira de Economia**.
- Becker, Gary S. 1962. "Irrational Behavior and Economic Theory". **Journal of Political Economy** LXX (February): 1-13.
- Berne, Eric. 1964. **Games People Play**. New York: McGraw Hill.
- Blaug, Mark. 1981. **The Methodology of Economics: or How Economists Explain**. Cambridge: Cambridge University Press.
- , 1985. **Great Economists Since Keynes**. Whitstable, Kent: Whitstable Litho.
- Boland, Lawrence A. 1987. "Boland on Friedman's Methodology: a Summation". **Journal of Economic Issues** XXI (March): 380-7.
- Boulding, Kenneth A. 1978. **Ecodynamics: a New Theory of Social Evolution**. London: Sage Publications.
- Bronfenbrenner, Martin. 1971. "The 'Structure of Revolutions' in Economic Thought". **History of Political Economy** 3 (Spring): 136-51.
- Brunner, Karl. 1973. "Knowledge, Values and the Choice of Economic Organization". **Kyklos** XXIII (Fasc. 3): 558-80.
- , "Commentary on 'The State of the Monetarist Debate'". **FRB of St. Louis Review** 55 (September): 9-14.
- , 1978. "Reflections on the Political Economy of Government: The Persistent Growth of Government". **Schweizerische Zeitschrift für Volkswirtschaft und Statistik** (Heft 3): 649-80.
- , 1987. "The Perception of Man and the Conception of Society: Two Approaches to Understanding Society". **Economic Inquiry** XXV (July): 367-88.
- and Meckling, William H. 1977. **Journal of Money, Credit, and Banking** IX (Feb.): 70-85.
- Buchanan, James M. 1985. **Liberty, Market and the State: Political Economy in the 1980s**. Washington Square, NY: New York Univ. Press.
- , 1987. "The Constitution of Economic Policy". In **Les Prix Nobel en 1986**. Stockholm: Nobel Foundation.
- , 1988. "The Economic Theory of Politics Reborn". **Challenge** 31 (March/April): 4-10.
- and Tollison, Robert D. 1986. "A Theory of Truth in Autobiography". **Kyklos** 39 (Fasc. 4): 507-17.
- and Tullock, Gordon. 1965. **The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy**. Michigan: Univ. of Michigan Press.
- Caldwell, Bruce. 1985. **Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century**. London: George Allen & Unwin.
- Clarkson, G. P. E., editor. 1968. **Managerial Economics: Selected Readings**. Harmondsworth, England: Penguin Books.
- Coats, A. W. 1981. **Economists in Government: an International Comparative Study**. Durham, NC: Duke University Press.
- Cohen, Kalman J. and Cyert, Richard M. 1965. **Theory of the Firm: Research Allocation in a Marked Economy**. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- Colander, David and Coats, A. W., editors. 1989. **The Spread of Economic Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dasgupta, A. K. 1987. **Epochs of Economic Theory**. New York: Basil Blackwell.
- Datz, Marcelo. 1993. "O Vício Ricardiano em Gary Becker". Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.
- Deane, Plyllis. 1983. "The Scope and Method of Economic Theory". **Economic Journal** 95 (December): 909-27.
- Debreu, Gerard. 1984. "Discours des Laureats". In **Les Prix Nobel en 1983**. Stockholm: Nobel Foundation.
- , 1991. "The Mathematization of Economic Theory". **American Economic Review** 81 (March): 1-7.
- Dennis, Ken. 1987. "Boland on Boland: a Further Rebuttal". **Journal of Economic Issues** XXI (March): 388-93.

- Dow, Sheila C. 1985. **Macroeconomic Thought**. New York: Basil Blackwell.
- Duarte, Maria Tereza G. 1993. "Teoria Evolucionária e Estratégia Empresarial segundo a Indeterminação de Senior". Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.
- Ehard, Ludwig. s.d. **Bem-Estar para Todos**. Rio de Janeiro, Livros de Portugal.
- Erasmus, Desiderius. 1979. **The Praise of Folly**. New Haven: Yale Univ. Press.
- Fernandez, Brenna Paula Magno. 1993. **Maquiavel e o Vício Ricardiano**. Rio: FGV/EPGE, Pesquisa em Bolsa de Aperfeiçoamento do CNPq, mimeo.
- e Silveira, Antonio Maria. 1993. "O Economista Maquiavel". Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.
- Freitas, Fábio e Lopes, Carlos F. 1993. "Fragilidade Financeira e Instabilidade Estrutural". Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.
- Friedman, Milton. 1952. "Comments on Professor Ruggles' Article". In **A Survey of Contemporary Economics, II**, ed. by B. F. Haley. Homewood, IL: Irwin.
- , 1953. "The Methodology of Positive Economics". In **Essays in Positive Economics**. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- , 1956. "The Quantity Theory of Money: a Restatement". In **Studies in the Quantity Theory of Money**, ed. by M. Friedman. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- , 1977. "Inflation and Unemployment". In **Les Prix Nobel en 1976**. Stockholm: Nobel Foundation.
- Frisch, Ragnar. 1970. "From Utopian Theory to Practical Applications: The Case of Econometrics". In **Les Prix Nobel en 1969**. Stockholm: Nobel Foundation.
- Fuks, Mauricio. Porvindouro. "O Paradigma Entrópico na Economia: Incerteza Relativa aos Recursos Naturais". **Revista Brasileira de Economia**.
- Georgescu-Roegen, Nicholas. 1967. **Analytical Economics**. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- , 1971. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- , 1975. "Energy and Economic Myths". **Southern Economic Journal** 41 (January): 347-81.
- , 1979. "Methods in Economic Science". **Journal of Economic Issues** XIII (June): 317-28.
- Groenewegen, P. D., ed. 1990. **Alfred Marshall on the Method and History of Economics**. Sydney: Center for the Study of the History of Economic Thought.
- Grumbach, Sergio. 1993. **Weber e a Indeterminação de Senior**. Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.
- Hahn, Frank. 1984. **Equilibrium and Macroeconomics**. Oxford: Basil Blackwell.
- Harcourt, Geoffrey C. 1986. **Controversies in Political Economy**, ed. by O. F. Hamouda. Brighton, Sussex: Wheatsheaf Books.
- , 1987. "Theoretical Methods and Unfinished Business". In **The Legacy of Keynes**. San Francisco: Harper & Row.
- , Forthcoming. "Joan Robinson's Early Views on Method". **History of Political Economy**.
- Harris, Seymour E. 1954. "A Postscript by the Editor". In "Mathematics in Economics: Discussion of Mr. Novick's Article", P. A. Samuelson et al. **Review of Economics and Statistics** XXXVI (November): 382-6.
- Haskell, Thomas L., ed. 1984. **The Authority of Experts: Studies in History and Theory**. Bloomington: Indiana University Press.
- Hayek, Friedrich A. von. 1973. **Law, Legislation and Liberty, I: Rules and Order**. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- , 1975. "The Pretense of Knowledge". In **Les Prix Nobel en 1974**. Stockholm: Nobel Foundation.
- , 1978. **Law, Legislation and Liberty, II: The Mirage of Social Justice**. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- , 1981. **Law, Legislation and Liberty, III: The Political Order of a Free People**. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- Heer, Friedrich. 1969. **The Medieval World**. London: Weidenfeld & Nicolson.
- Heilbroner, Robert L. 1986. **The Worldly Philosophers**. New York: Simon & Schuster.
- Heisenberg, Werner. 1963. **Physics and Philosophy**. London: George Allen & Unwin.

- Hicks, John R. 1976. "Some Questions of Time in Economics". In **Evolution, Welfare, and Time in Economics: Essays in Honor of Georgescu-Roegen**, ed. by A. M. Tang et alii. Lexington, MA: Lexington Books.
- . 1980. "Revolutions in Economics". In **Methods and Appraisal in Economics**, ed. by S. J. Latsis. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Hutchison, T. W. 1981. **The Politics and Philosophy of Economics**. Oxford: Basil Blackell.
- Johnson, Harry G. 1971. "The Keynesian Revolution and the Monetarist Counter- Revolution". **American Economic Review** LXI (May): 145-62.
- Kantorovich, Leonid V. 1976. "Mathematics in Economics: Achievements, Difficulties, Perspectives". In **Les Prix Nobel en 1975**. Stockholm: Nobel Foundation.
- Kaysen, Carl. 1946-7. "A Revolution in Economic Theory?". **Review of Economic Studies** XIV: pp. 1-15.
- Keynes, John M. 1951. **Essays in Biography**. London: Rupert Hart-Davis.
- . 1984. **Essays in Persuasion**. London: MacMillan / Cambridge University Press.
- Knight, Frank H. 1936. **The Ethics of Competition and Other Essays**. London: Allen & Unwin.
- . 1960. **Intelligence and Democratic Action**. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- Krueger, Anne O., et al. 1991. "Report of the Commission on Graduate Education in Economics". **Journal of Economic Literature** XXIX (September): 1035-53.
- Kuhn, Thomas S. 1971. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- Kuznets, Simon. 1961. **Six Lectures on Economic Growth**. New York: Free Press of Glencoe.
- . 1972. "Modern Economic Growth: Findings and Reflections". In **Les Prix Nobel en 1971**. Stockholm: Nobel Foundation.
- Lange, Oskar. 1946-7. "The Scope and Method of Economics". **Review of Economic Studies** XIII: 19-32.
- . 1964. "On the Economic Theory of Socialism". In **The Economic Theory of Socialism**, ed. by B. E. Lippincott. New York: McGraw Hill.
- Lawson, Tony. 1985. "Uncertainty and Economic Analysis". **Economic Journal** 95 (December): 909-27.
- . 1989. "Abstraction, Tendencies and Stylized Facts: A Realist Approach to Economic Analysis". **Cambridge Journal of Economics** 13: 59-78.
- . 1989. "Realism and Instrumentalism in the Development of Econometrics". **Oxford Economic Papers** 41 (January)
- Leijonhufvud, Axel. 1973. "Life among Econs". **Western Economic Journal** (September): 327-37.
- Loasby, Brian J. 1976. **Choice, Complexity and Ignorance**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Loevinger, Jane. 1987. **Paradigms of Personality**. New York: W. H. Freeman.
- Lopes, Carlos F. R. Porvindouro. "Mises e o Vício Ricardiano". **Revista Brasileira de Economia**.
- Machlup, Fritz. 1978. **Methodology of Economics and Other Social Sciences**. New York: Academic Press.
- Machiavelli, Nicolo. 1963. **The Prince**. New York, Washington Square.
- March, James G. 1978. "Bounded Rationality, Ambiguity and Engineering of Choice". **Bell Journal of Economics** 9 (Autumn): 587-608.
- and Herbert A. Simon. 1959. **Organizations**. New York: John Wiley & Sons.
- Margenau, Henry. 1966. "What is a Theory?" In **The Structure of Economic Science**, ed. by S. R. Krupp. Englewood, NY: Prentice-Hall.
- Marshall, Alfred. 1988. **Principles of Economics**. London: MacMillan Press.
- Meltzer, Allan H. 1969. "Controlling Money". **FRB of St. Louis** 51 (May): 16-24.
- . 1977. "A Decadência da Economia Liberal". **Revista Brasileira de Economia** 31 (Jan./Mar.): 205-20.
- . 1981. "Keynes's General Theory: a Different Perspective". **Journal of Economic Literature** XIX (March): 34-64.
- . 1987. "Limits of Short-Run Stabilization Policy". **Economic Inquiry** XXV (January): 1-14.
- and Scott, Richard. 1978. "Why Government Grows (and Grows) in a Democracy?". **Public Interest**.
- Mill, John Stuart. 1877. **Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy**. London: Longmans, Green, and Co.
- Monteiro, Marcos Bustamonte. 1992. "Marshall e a Indeterminação de Senior". Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Determinismo nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 12-3/11/1992.
- Morgenstern, Oskar. 1963. **On the Accuracy of Economic Observations**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press.
- Morita, Akio. 1986. **Made in Japan**. São Paulo, Cultura.

- Morris-Suzuki, Tessa. 1991. **A History of Japanese Economic Thought**. London: Routledge.
- Muls, Leonardo M. 1993. "O Vício Ricardiano no Debate sobre o Processo de trabalho". Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.
- Myrdal, Gunnar. 1969. **Objectivity in Social Research** New York: Pantheon.
- Nagel, Ernest. 1963. "Assumptions in Economic Theory". **American Economic Review** LIII (May): 211-19.
- Neville Keynes, John. 1904. **The Scope and Method of Political Economy**. London: MacMillan.
- Novick, David. 1954. "Mathematics: Logic, Quantity, and Method". **Review of Economics and Statistics** XXXVI (Nov.): 357-8.
- Ohlin, Bertil. 1972. "Speech on the Nobel Laureate". In **Les Prix Nobel en 1971**. Stockholm: Nobel Foundation.
- Pasinetti, Luigi L. 1986. "Theory of Value: a Source of Alternative Paradigms in Economic Analysis". In **Foundations of Economics: Structures of Inquiry in Economic Theory**, ed. by Mauro Baranzzini and Roberto Scazzieri. New York: Basil Blackwell.
- Patinkin, Dom. 1969. "The Chicago Tradition, the Quantity Theory, and Friedman". **Journal of Money, Credit and Banking** 1 (February): 46-70.
- Popper, Karl R. 1961. **The Logic of Scientific Discovery**. New York: Sciences Editions.
- . 1976. **Autobiografia Intelectual**. São Paulo, Cultrix.
- . 1978. **Lógica da Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / Universidade de Brasília.
- Price, Don K. 1965. **The Scientific State**. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Reder, Melvin W. 1982. "Chicago Economics: Permanence and Change". **Journal of Economic Literature** XX (March): 1-38.
- Reid, Jr., Joseph D. 1987. "The Theory of Sharecropping: Occam's Razor and Economic Analysis". **History of Political Economy** 19: 551-69.
- Robinson, Joan. 1972. "The Second Crisis of Economic Theory". **American Economic Review** LXII (May): 1-10.
- . 1983. **Economic Philosophy**. Middlesex, England: Penguin Books.
- Samuels, Warren J. 1978. "Normative Premises in Regulatory Theory". **Journal of Post Keynesian Economics** (Fall).
- . 1989. "Determinate Solutions and Valuational Processes: Overcoming the Foreclosure of Process". **Journal of Post Keynesian Economics** (Summer): 531-46.
- . 1989. "The Methodology of Economics and the Case for Policy Diffidence and Restraint". **Review of Social Economy** XLVII (Summer): 113-33.
- Samuelson, Paul A. 1963. "Comments to Professor Nagel's Article". **American Economic Review** LIII (May): 229-36.
- . 1971. "Maximum Principles in Analytical Economics". In **Les Prix Nobel en 1970**. Stockholm: Nobel Foundation.
- et al. 1954. "Mathematics in Economics: Discussion of Mr. Novick's Article". **Review of Economics and Statistics** XXXVI (November): 359-86.
- Schumpeter, Joseph A. 1949. "Science and Ideology". **American Economic Review** XXXIX (March): 345-59.
- . 1959. **The Theory of Economic Development**. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- . 1986. **History of Economic Analysis**. London: Allen & Unwin.
- Senior, Nassau William. 1938. **An Outline of the Theory of Political Economy**. London: Kimble & Bradford.
- Shackle, G. L. S. 1983. **The Years of High Theory**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silveira, Antonio M. 1973a. "The Demand for Money: The Evidence from the Brazilian Economy". **Journal of Money, Credit and Banking** V (February): 113-40.
- . 1973b. "Interest Rate and Rapid Inflation: The Evidence from the Brazilian Economy". **Journal of Money, Credit and Banking** V (August): 794-805.
- . 1974a. "A Universidade e o PBDCT: Crítica". **Ciência e Cultura** 26 (março): 249-51.
- . 1974b. "Saldo Médio e Estoque de Moeda". **Revista Brasileira de Economia** 28 (abril/junho): 37-46.
- . 1974c. "The Money Supply: The Evidence from the Brazilian Economy". **Kredit und Kapital** 7 (Heft 3): 364-78.

- , 1980. "Racionalidade e Pedra Filosofal: Variações sobre a Tese de Coelho". **Anais da ANPAD**, IV (mar.): 249-58.
- , 1981a. "Brasil-77: Variações sobre a Conjuntura Econômica". Em Silveira, A. M., ed. **Debate Econômico I** (abril): 9-24. Rio de Janeiro: Edições Multiplic: uma Colaboração para a EPGE.
- , 1981b. "Magistério, Moral e Política Econômica". Em Silveira, A. M., ed. **Debate Econômico I** (novembro): 9-14. Rio de Janeiro: Edições Multiplic: uma Colaboração para a EPGE.
- , 1983. "Simon e o Satisfazimento". **Literatura Econômica** 5 (set./out): 487-606.
- , 1984a. "Indexação e Ambiência Geral de Negócios". Rio: **Ensaio Econômico n° 42 (maio) da EPGE/FGV**: 1-124.
- , 1984b. "A Indeterminação de Morgenstern". **Revista Brasileira de Economia**, 38 (outubro/dezembro): 357-83.
- , 1986. "Assessoria Econômica para a Estratégia de Governos Estaduais". Em Silveira, A. M., ed. **Debate Econômico: Diagnóstico Econômico e outros Ensaio**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- , 1987. **Filosofia e Política Econômica: o Brasil do Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA/INPES).
- , 1987/88. "Keynes na Sedição da Escolha Pública". **Análise Econômica** 6 (Novembro/ Março): 23-8.
- , 1990a. "The Public Choice Sediton: Variations on the Theme of Scientific Warfare". **Análise e Conjuntura**, porvindouro. Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo.
- , 1990b. "The Public Choice Perspective and Knight's Institutional Bent". **Revista Brasileira de Economia**, porvindouro. Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo.
- , 1991. "A Indeterminação de Senior". **Revista de Economia Política** 11 (out/dez): 70-88. Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo (em inglês) 1990.
- , 1992a. "Aplicabilidade de Teorias: Micro-Neoclássica e Estratégia Empresarial". **Revista de Economia Política**, porvindouro. Rio: **Ensaio Econômico n° 192** (maio de 1992) da EPGE/FGV.
- , 1992b. "Teorias Econômicas: A Meia-Verdade Temporária". **Revista Brasileira de Economia**, porvindouro. Rio: **Ensaio Econômico n° 204** (dezembro de 1992) da EPGE/FGV.
- , 1993a. "The Ricardian Vice and The Indetermination of Senior". Rio: **Ensaio Econômico n° 205** (dezembro de 1992) da EPGE/FGV. Apresentado na **Fifth Annual International Conference of The Society for Advancement of Socio-Economics (SASE)**, New School for Social Research, New York, 26-8/3/1993.
- , 1993b. "Wagner e Schmoller sob a Luz da Indeterminação de Senior", **Estudos Econômicos**, porvindouro. **Anais do XXI Encontro Nacional de Economia**, Belo Horizonte, ANPEC-93, vol. 2, pp 421-38.
- Simon, Herbert A. 1947. **Administrative Behavior**. New York, Macmillan.
- , 1955. "A Behavioral Model of Rational Choice". **Quarterly Journal of Economics** 69: 99-118.
- , 1957. **Models of Man**. London: Chapman & Hall.
- , 1960. **The New Science of Management Decision**. New York, Harper & Row.
- , 1963. "Comments to Professor Nagel's Article". **American Economic Review** LIII (May): 229-31.
- , 1968. "On Judging the Plausibility of Theories". In **Logic, Method, and Philosophy of Sciences**, ed. by von Rootselaar and Staal. Amsterdam: North Holland.
- , 1978. Rationality as Process and as Product of Thought. **American Economic Review**, 68 (May): 1-16.
- , 1979. "Rational Decision Making in Business Organizations". In **Les Prix Nobel en 1978**. Stockholm: Nobel Foundation.
- Solow, Robert M. 1989. "Faith, Hope and Clarity". In **The Spread of Economic Ideas**, edited by D. C. Colander and A. W. Coats. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stigler, George F. 1960. "The Influence of Events and Policies in Economic Theory". **American Economic Review** L (May): 36-45.
- , 1982. **The Economist as Preacher**. Oxford: Basil Blackwell.
- , 1983. "The Process and Progress of Economics". In **Les Prix Nobel en 1982**. Stockholm: Nobel Foundation.
- Suplicy, Eduardo. 1992. **Programa de Garantia de Renda Mínima**. Brasília: Gráfica do Senado Federal.
- Tinbergen, Jan. 1970. "The Use of Models: Experience and Prospects". In **Les Prix Nobel en 1969**. Stockholm: Nobel Foundation.
- Tirole, Jean. 1988. **The Theory of Industrial Organization**. Cambridge, MA: MIT Press.
- Tolstoy, Leo. 1981. **Anna Karenina**. London: Bantam Books.

- Toynbee, Arnold J. 1962. **A Study of History**. New York: Oxford University Press.
- . 1976. **Mankind and Mother Earth**. London: Oxford University Press.
- Tullberg, Rita M., ed. 1990. **Alfred Marshall in Retrospect**. London: Edward Elgar Publishing.
- Vernengo, Matias. 1993. "A macroeconomia como Disciplina Autônoma". Apresentado no congresso **Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia**, Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 24-26/11/1993.
- . Porvindouro. "Keynes e o Vício Ricardiano". **Revista de Economia Política**.
- Wagner, Adolf. 1886. **Systematische Nationaleconomie** in the *Jahrbucher fur Nationaleconomie und Statistik*. Translated in the *Quarterly Journal of Economics* I, "Wagner on the Present State of Political Economy". pp. 113-33.
- . 1891. "Marshall's Principles of Economics". *Quarterly Journal of Economics* V, pp. 319-38.
- Webb, James. 1987. "Is Friedman's Methodological Instrumentalism a Special Case of Dewey's Instrumental Philosophy? A Comment". *Journal of Economic Issues* XXI (March): 393-429.
- Weber, Max. 1949. **The Methodology of the Social Sciences**. Glencoe, IL: Free Press.
- . 1978. **Economy and Society**. Edit. by Roth, Guenther and Wittich, Claus. Berkeley: University of California Press.
- Wible, James R. 1987. "Criticism and the Validity of the Special Case Interpretation of Friedman's Essay: Reply to Webb". *Journal of Economic Issues* XXI (March): 430-440.

WEBER E A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR

Sergio Grumbach

I. INTRODUÇÃO

Procuraremos mostrar que Weber, ao longo de seus trabalhos sobre método, e em especial em "A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais"¹, deixa claro a inevitabilidade do uso de abstrações pela Ciência e, por conseguinte, a incompletude do conhecimento assim gerado. Este reconhecimento, por parte de Weber é importante na medida em que esta incompletude fundamenta a formulação da Indeterminação de Senior feita por Silveira².

À incapacidade da economia abstrata de derivar proposições diretamente aplicáveis ao mundo real a partir de suas conclusões teóricas, Silveira chamou de Indeterminação de Senior. Tal termo é feliz na medida em que expõe a principal dificuldade das ciências abstratas em geral: leis e generalizações perdem força ao se abandonar o mundo perfeitamente determinado das abstrações; a complexidade do fenômeno desafia a aplicação direta de leis cuja derivação só é possível num ambiente simplificado pelas abstrações.

As simplificações de que faz uso a economia abstrata são inevitáveis, posto que são inerentes ao trabalho lógico dedutivo deste campo de conhecimento. Suas proposições precisam ser formuladas em termos rígidos, estabelecendo-se uma determinação unívoca entre causa e efeito. O uso da lógica não é possível até que a realidade tenha sido simplificada, já que nesta prevalece a linguagem dialética, onde "ser" e "não ser" misturam-se³, transformando a determinação casual acima em indeterminação.

Para racionalizar sua relação sensorial com o concreto, o homem utiliza-se de conceitos que reflitam tais experiências. Porém, evidentemente existe uma falta de precisão, uma nebulosidade, em tais conceitos, o que se deve entre outros fatores às diferenças pessoais na interpretação das experiências. Tais conceitos são chamados "dialéticos", onde um espectro de infinitas gradações separa o "é" do "não é". Interligando estes conceitos, inclusive daí derivando novos, o conhecimento humano caminha. Entretanto, existe uma limitação, expressa por Margenau:

... a experiência escapa às classificações simples, apresentando-se como um continuum que só se divide de maneiras arbitrárias e instáveis. Essa é, aliás, a razão pela qual a lógica e outros procedimentos só conseguem dar explicações parciais e imperfeitas da experiência. A vaguidade caracteriza, sobretudo, aqueles aspectos do fluxo da experiência que têm sua tônica nas qualidades sensoriais.

(...) A vaguidade é reduzida pelos conceitos racionais; está praticamente ausente em algumas idéias matemáticas abstratas ... (Margenau, 1982: 291)

¹Ver Weber, 1981.

²Ver Silveira, 1991.

³A dialética aqui referida é um conceito restrito, obedecendo às formulações de Georgescu-Roegen, tal como colocado em Silveira, 1992.

O conhecimento científico é especial, na medida em que aspira à generalidade e à precisão. Isto obriga a ciência abstrata a eliminar a imprecisão dos conceitos com que trabalha, "aritmomorfizando-os". É claro que tal procedimento envolve uma simplificação, e como consequência há uma perda, pois conceitos "aritmomórficos" nunca refletem as experiências humanas em toda sua complexidade. A vantagem de se trabalhar com tais abstrações é que a lógica pode reinar absoluta, conectando os conceitos e derivando proposições inequívocas, ou seja, leis gerais, cuja validade não depende de tempo e lugar. Weber por seu lado, deixa claro a natureza de tais abstrações e as limitações nela implícitas.

II. OS "TIPOS IDEAIS"

Através da definição do que chamou de "tipo ideal", Weber mostra como se realiza o trabalho lógico-dedutivo da ciência, reconhecendo que a realidade tal como se apresenta, complexa, não é objetivo de estudo científico direto. Os "tipos ideais" têm a função de "...formar um cosmos não contraditório de relações pensadas" (Weber, 1982: 105), ou seja, de preparar a realidade para o estudo teórico. Desta forma, racionaliza-se o real.

Estas construções são por natureza exageros. Exagera-se ao extremo as características da realidade julgadas as mais importantes para a explicação de um determinado fenômeno, desprezando-se uma série de outras influências que poderiam gerar contradições, ou que, simultaneamente, seriam intratáveis. Vamos seccionando a realidade, eliminando os aspectos considerados menos importantes ou mais intratáveis do fenômeno.

A criação deste mundo ideal não resume o trabalho teórico, sendo apenas seu primeiro passo. Os "tipos ideais" apenas procuram criar uma dimensão racional do concreto, onde então se possa dar início ao trabalho teórico de formulação de hipóteses e dedução de relações causais. São construções cuja função primordial é permitir que avancemos para além de uma mera análise descritiva da realidade, captando a dinâmica - ao menos a dos modelos ideais - através de leis.

Um exemplo do uso deste recurso simplificador é o construto de homem utilizado pela teoria econômica. O ser humano é reduzido a um comportamento racional e maximizador, sendo desprezadas as motivações morais, éticas, altruísticas, e outras que todos sabemos serem vitais na explicação da ação humana. A complexidade do fenômeno desaparece com a acentuação unilateral de um de seus aspectos. Na teoria abstrata podemos fazer afirmações inequívocas sobre o comportamento deste "agente econômico" diante de determinadas situações.

Não devemos rejeitar estas simplificações do fenômeno, alegando a incompletude do conhecimento que daí possa ser gerado, uma vez que este é o único método disponível à ciência abstrata. Devemos, sim, ficar atentos contra qualquer tentativa cientificista de ignorar esta parcialidade do conhecimento. É preciso reconhecer a eterna necessidade teórica de fragmentar para estabelecer leis inequívocas e gerais. Toda teoria baseia-se num corte da realidade, trabalhando com apenas uma de suas faces.

É preciso ressaltar que estas abstrações não estão totalmente descoladas do real, já que neste encontram-se todas as características abstraídas pelas construções ideais. A diferença está em que as características de tais construções constituem-se apenas numa das várias partes que se combinam indissolivelmente para formar o fluxo da realidade.

Os "tipos ideais" podem tornar-se incômodos se perderem de vista o fato de que são apenas meios de compreensão indireta da realidade. Fornecem-nos apenas ferramentas de comparação, onde o máximo que podemos saber é como funcionaria a sociedade caso esta pudesse ser reduzida ao quadro ideal em estudo. A realidade, de maneira direta, jamais foi ou é objeto de estudo da ciência. O que as ciências, e em particular a economia, estudam, são caricaturas da realidade. O máximo que podemos conseguir é um estudo indireto, e portanto limitado em termos práticos. Este reconhecimento está presente em Weber, quando nos fala sobre a natureza de seus "tipos ideais":

trata-se de um quadro de pensamento, e não da realidade histórica, e muito menos da realidade " autêntica", e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada. (Weber, 1982: 109)

Weber nos permite fazer um paralelo entre sua posição e a Indeterminação de Senior. Ambas advogam que as teorias ao serem formuladas abandonam o mundo real, movidas por sua necessidade de consistência lógica e generalidade, de modo que o retorno à realidade, sob a forma de proposições normativas (proposições sobre o que deveria ser feito em termos práticos), só pode ser feito de maneira indireta.

Weber alerta-nos ainda para o perigo dos "tipos ideais" perderem sua função de meio e transformarem-se em fim, no sentido de perderem, conscientemente ou não, suas características de recurso metodológico e transformarem-se em ideais para os quais a sociedade deveria caminhar.

Tal confusão tem origem no mesmo erro que cometem aqueles que incorrem no Vício Ricardiano⁴, ou seja, ignora-se que a teoria, apesar de pretender explicar a realidade, não o faz inteiramente. Não se percebe o enorme fosso estabelecido entre o trabalho teórico e a realidade concreta, já que o primeiro lida apenas com fragmentos, ou com uma visão unilateral, da última.

III. O "VIÉS IDEOLÓGICO NO TRABALHO CIENTÍFICO"

Schumpeter demonstra com clareza que a ideologia jamais será expurgada do trabalho científico, visto que o permeia desde sua origem. Ela insere no edifício teórico

⁴Vício Ricardiano é um termo cunhado por Schumpeter, designando aqui o erro daqueles economistas que transpõem suas conclusões derivadas ao nível da ciência abstrata diretamente para a prática, ou seja, ignoram a Indeterminação de Senior.

logo em sua base, através do trabalho pré-científico de escolha do objeto de estudo⁵. Porém, o conceito de ideologia utilizado por Schumpeter abrange apenas aquelas concepções que balizam inconscientemente nossa forma de pensar e de ver o mundo, não se confundindo de forma alguma com julgamentos de valor, que são realizados conscientemente, e devem ser eliminados do trabalho teórico honesto.

A influência de valores nas ciências sociais ainda é mais problemática do que nas ciências da natureza; como fica claro neste exemplo de Schumpeter:

... a matemática, a física, etc., lidam com experiência que é largamente invariante com a localização social do observador e praticamente invariante com a mudança histórica: para o capitalista e o proletário uma pedra caindo tem a mesma aparência. (Schumpeter, 1981: 133)

Os fatos sociais precisam ser interpretados para ganharem significação e transformarem-se em objeto de estudo das ciências humanas, e neste trabalho de interpretação os valores certamente estão presentes. Neste campo de estudo ainda há um problema adicional, pois o cientista é parte do fenômeno que estuda.

Segundo Weber, o trabalho científico não pode estar livre de "significação cultural", ou valoração, realizada pelo teórico. Para Weber a ideologia penetra na ciência quando da construção dos "tipos ideais", uma vez que os valores do cientista orientarão a formulação destes construtos. Avaliações subjetivas por parte do pesquisador sempre estarão presentes nas ciências sociais, servindo os valores pessoais de guia sobre o que merece ser destacado e acentuado a partir da realidade nas construções ideais.

Concluimos então que a mesma realidade pode ser estudada a partir de diversos "tipos ideais", cada um expressando uma determinada maneira de conferir valor ao objeto de estudo -- obviamente o teórico não pode fugir à realidade e imaginar livremente um "tipo ideal", no sentido de como o mundo "deveria ser", pois estaria utilizando-se de juízos de valor. A ciência abstrata pode portanto percorrer inúmeros caminhos. Esta diversidade de construções ideais pode acabar gerando teorias contraditórias.

Pode-se facilmente atacar uma teoria adversária que não observe as regras da lógica e da consistência interna. Todavia, no caso desta teoria ser rigorosa, o ataque só pode basear-se na crítica à visão de mundo do oponente. Deste modo, ataca-se as construções ideais do adversário, pois estas são a maneira pela qual o mundo é idealizado e preparado para o trabalho teórico a partir de uma forma particular de perceber este próprio mundo. Contudo, neste nível de confronto não existe parâmetro inquestionável de julgamento para aferir a verdade e a superioridade de uma corrente teórica sobre a outra. Estamos na esfera subjetiva dos valores, e portanto condenados à diversidade de explicações para o mesmo fenômeno.

⁵Ver Schumpeter, 1981.

IV. CONCLUSÃO

A partir de Weber podemos extrair dois motivos para concordarmos com a Indeterminação de Senior. Em primeiro lugar vimos que a ciência abstrata precisa trabalhar com simplificações da realidade, e que, portanto, suas conclusões, sob forma de leis, somente têm aplicação direta neste mundo perfeito das abstrações.

Em segundo lugar, a influência de valores na construção dos "tipos ideais" leva-nos à existência simultânea de diferentes correntes teóricas, sendo cada uma delas fruto de uma maneira particular de enxergar, e portanto de abstrair a realidade. Como conclusão, todas as escolas de pensamento estão ao mesmo tempo certas, e isto só é possível porque são todas ao mesmo tempo parciais, resultando de diferentes cortes da realidade. Reconhecendo a incompletude de cada escola, perdemos sentido as pretensões de cada uma à verdade absoluta e à aplicação direta de suas conclusões à realidade, pois na prática o real apresenta-se com toda sua complexidade, sendo preciso escutar o que cada escola tem a dizer.

Podemos relativizar ainda mais as conclusões da ciência social abstrata se levarmos em conta que seu objeto de estudo - a sociedade - encontra-se em eterna mutação, podendo gerar obsolescência de teorias e de "tipos ideais". Como fator complicador adicional acrescentaríamos que ao se transformar, a sociedade provoca mudanças em sua ideologia e cultura, de forma que o ato de valoração do fenômeno em estudo também se altera.

V. BIBLIOGRAFIA

- Margenau, Henry. "Que é uma Teoria". **Edições Multiplic**, vol. 2, nº 7, ago. 1992.
- Manneim Karl. "Ideologia e Utopia". 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- Schumpeter, Joseph A. "Ciência e Ideologia". **Edições Multiplic**, vol 1, nº 3, fev. 1981.
- _____. "História da Análise Econômica". Ed. Fundo de Cultura Econômica, 1964.
- Silveira, Antonio Maria da. "Filosofia e Política Econômica: O Brasil do Autoritarismo", 2 ed. Rio de Janeiro: PNPE, 1992.
- _____. "A Indeterminação de Senior". *Revista de Economia Política*, vol. 11, nº 4, 1991.
- Weber, Max. "The Methodology of the Social Sciences". 5 print. New York: The Free Press, 1969.
- _____. "Weber". Organizado por Gabriel Cohn. 2 ed. São Paulo: Ática, 1982.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL E TEORIA EVOLUCIONÁRIA SEGUNDO A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR

Maria Tereza Garcia Duarte*

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva discutir as noções de teoria implícitas nas abordagens da teoria de estratégia empresarial e da teoria evolucionária de Nelson e Winter, à luz da Indeterminação de Senior, proposta por Silveira. A justificativa para tal discussão se prende ao fato de que em ambas as abordagens observa-se, de certa forma, uma insatisfação com o estágio atual de desenvolvimento, e uma busca de complementaridade.

O reconhecimento da firma como aspecto crucial para o entendimento do fenômeno da inovação, por parte da teoria evolucionária, exige, segundo Nelson, uma teoria da firma com maior aderência à realidade do que proporciona a microeconomia neoclássica. O volume de descobertas efetuadas, acerca da diversidade de fatores que afetam o comportamento da firma, a partir de estudos de casos isolados, e a crescente importância da estratégia empresarial no ambiente acadêmico, sugerem, segundo Rumelt et ali, a necessidade de constituir um corpo teórico coeso, que lhe confira poder de predição e de estabelecimento de relações causais.

A questão, conforme exposta acima, sugere um paradoxo entre duas visões de teoria. De um lado, a necessidade de alterar o corpo teórico existente em função do seu elevado grau de abstração; de outro, a necessidade de elaborar um corpo teórico com maior grau de abstração.

A proposição de Silveira parece o instrumento adequado para discutir e encaminhar uma solução para o paradoxo. Será feita, primeiro, uma exposição da proposta da Indeterminação de Senior e, a seguir, a sua aplicação à estratégia empresarial, (II.1), e à teoria evolucionária, (II.2).

II. A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR E UMA VISÃO DE TEORIA

A Indeterminação diz respeito à inaplicabilidade direta de teorias abstratas, seja porque conclusões normativas envolvem juízos de valor, ou porque "a realidade se apresenta com tantos elementos não-econômicos, elementos que são omitidos nas teorias abstratas, que outra indeterminação também inviabiliza conclusões normativas, e isto foi claramente exposto por Senior e Mill " (Silveira, 1991, p.70-1). A proposição foi construída a partir de estudo da ciência econômica, mas apresenta correspondência em outros campos do conhecimento.

O pressuposto da Indeterminação de Senior (I.S.) é que uma teoria não pode ao mesmo tempo explicar uma grande variedade de fenômenos e fazê-lo levando em conta os elementos econômicos e não-econômicos que determinam necessariamente cada

*Economista do INT/MCT e mestranda do I.E.I./UFRJ. A autora agradece o apoio constante de Antonio Maria da Silveira na elaboração desta nota.

um deles. Existe uma lacuna entre a teoria abstrata e o campo dos fenômenos reais, para o preenchimento da qual Silveira aponta a necessidade da construção de uma teoria aplicada.

Distingue-se a teoria aplicada pela linguagem utilizada, a dialógica ao invés da lógica formal, pois ela se desenvolve através do entrelaçamento de teorias abstratas distintas, até mesmo de outras ciências. Desta forma o conhecimento aplicado perde parcela do caráter universal da teoria abstrata, porém absorve mais aspectos da realidade. Finalmente, Silveira caracteriza a arte da ciência, situada ao nível da realidade, para o desempenho da qual todos os aspectos e especificidades do fenômeno são considerados no arcabouço de uma linguagem advocatícia (Silveira, 1992a).

Reconhecer a existência de motivações distintas para os vários níveis de abstração, e ao mesmo tempo, a sua complementaridade, retira qualquer significado de valorização ou superioridade entre estes níveis (Silveira, 1992). Por outro lado, a insistência na superioridade de qualquer das esferas evidencia o desconhecimento da aplicabilidade da divisão de trabalho também nas ciências (Silveira, 1991, p. 78). Assim, a motivação para a ciência abstrata é "saber por que", para a arte da ciência é "saber como", e para a ciência aplicada é, dialeticamente, "saber como e saber por que".

O estabelecimento da tricotomia acima não implica, de forma alguma, qualquer precedência histórica, ou fronteiras rígidas, entre níveis de abstração. Silveira indica que a ordem de precedência histórica do conhecimento é geralmente inversa à sugerida pela Indeterminação: após um longo período de empiricismo puro, pode-se ter o estabelecimento de uma "técnica", de generalizações empíricas, e a seguir uma teoria abstrata (Silveira, 1992b, p. 85). Da mesma forma, as fronteiras que em algum momento delimitam os três níveis de abstração alteram-se com o crescimento do conhecimento (Silveira, 1991, p. 85).

Finalmente, ao hábito de sistematicamente ignorar a Indeterminação de Senior dá-se o nome de Vício Ricardiano. Segundo Silveira (1991, p. 80), o Vício foi definido por Schumpeter, como: "o hábito de empilhar uma carga pesada de conclusões práticas sobre uma fundação tênue, que não se lhe iguala, mas que parece em sua simplicidade não apenas atrativa, mas também convincente".

II.1. A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR E A ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

A descrição realizada por Rumelt et alli da evolução da estratégia empresarial como campo do conhecimento pode ser sintetizada na seguinte afirmativa: "what had begun in the sixties as rather simple concepts that gave insight into phenomena described in cases, ended in the eighties motivating a search for theories with causal and predictive power able to be used in practice" (Rumelt, 1991, p. 9).

A noção de teoria implícita na afirmação acima conflita com aquela explicitada na Indeterminação de Senior. A passagem, quando possível, da utilização do método indutivo para o dedutivo em um campo do conhecimento, implica em maiores níveis de abstração e menores pontos de contato com a realidade. A precisão das previsões também decresce. Teorias abstratas ou puras em geral não podem ser diretamente confrontadas com a realidade. Segundo a Indeterminação, isto ocorre não apenas porque as especificidades que cercam a ocorrência do fenômeno são ignoradas, mas também porque

nem todos os aspectos que o determinam podem ser simultaneamente incorporados em moldes hipotético-dedutivos.

A relevância de várias teorias para a estratégia empresarial, tanto da ciência econômica, quanto das demais ciências sociais, é seguidamente enfatizada por Rumelt. Esta ênfase, por um lado, expõe o caráter integrativo da estratégia empresarial. Por outro, entretanto, pretende explicitá-la como disciplina distinta da economia. Rumelt afirma que, "Strategy is not applied microeconomics", apesar de reconhecer a importância decisiva da "old economics" na sua constituição. Vale adicionar que ele reconhece a importância pioneira de Ansoff, Selznick, Chandler e Andrew para a estratégia empresarial (Rumelt et alli, 1991, pp. 7, 19, 26).

Silveira também reconhece em Ansoff um dos pioneiros da estratégia empresarial, além de indicar a importância da microeconomia neoclássica para o seu trabalho. Mostra, entretanto, como a tentativa de Ansoff de usar isoladamente esta teoria abstrata resultou em insucessos, sanados posteriormente com a incorporação de aspectos da sociologia, da ciência política e da psicologia. (Silveira, 1992a, pp. 14-17)

Nos termos da Indeterminação de Senior, portanto, a estratégia empresarial constitui um corpo teórico aplicado, no sentido de que congrega teorias relevantes de várias ciências. A possibilidade de constituir-se em uma teoria abstrata é correta, em vista do progresso natural do conhecimento científico. Contudo, evocar a necessidade desta constituição para obter maior poder preditivo, sem considerar simultaneamente a perda de pontos de contato com a realidade e, portanto, a sua menor aplicabilidade direta, é incorreto. A pretensão não encontra respaldo na IS, pelo contrário, envolve incompatibilidade bem clara.

IL2 A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR E A ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA

A incapacidade da teoria econômica ortodoxa, conforme definida por Nelson e Winter (1982, p. 6), de abarcar de forma estruturada e coesa as diversas alterações que se têm observado na realidade, é o ponto de partida para a proposição de uma abordagem evolucionária da economia. Em particular, o tratamento concedido às diferenças institucionais e ao processo de decisão é considerado inadequado, além de insuficientemente articulado para o estabelecimento de proposições normativas.

O problema do processo decisório relaciona-se mais estreitamente com a hipótese de maximização. Quanto às diferenças institucionais, o problema está na constatação de que emergem não apenas por fatores externos, como propõem a microeconomia neoclássica, mas também por aspectos internos às instituições.

Na base destas questões está a noção de que uma útil e boa teoria se revela na adequação de seus pressupostos, e na sua capacidade de absorver de forma coerente novos dados empíricos. A teoria útil "bears a fearly intimate relationship to 'what is going on out there'". (Nelson e Winter, 1982, p. 233).

A teoria deve definir os fenômenos e variáveis relevantes e, por exclusão, os irrelevantes, da mesma forma em que estabelece uma linguagem para discussão. Busca-se

assim construir uma teoria que incorpore as noções de estratégia, estrutura, e "core capabilities". (Nelson, 1991, p. 67)

Transparece uma constante tensão ao longo da proposta de uma teoria evolucionária da economia. Inicialmente, a esperança de constituir logo um corpo teórico abrangente e articulado perpassa todos os estudos. Posteriormente, observa-se a consideração de que a construção científica se realiza paulatinamente através da síntese de teorias parciais com conclusões de estudos de caso, e de estudos históricos da estratégia empresarial (Nelson, 1991, pp. 66,67)

A seguinte afirmação é ilustrativa do primeiro caso: "Perhaps economists should be less pessimistic about the prospects of developing a broad-gauge economic theory that encompasses much of what contemporary orthodoxy does but is not subject to its basic difficulties" (Nelson e Winter, 1982, p. 48).

Cabe destacar a seguinte afirmação que nevoaça a diferença entre os três níveis de abstração propostos pela Indeterminação de Senior:

The term 'policy research' does not identify a category parallel to 'theoretical research' and 'empirical research'; rather, every policy-oriented study has its theoretical and empirical components. On the other hand, one hopes that all research is ultimately relevant, by whatever roundabout, to some real questions that needs an answer; in the light of that hope, all research can be seen as policy research' (Nelson e Winter, 1982, p. 412)

Nos termos da Indeterminação de Senior, o que se deseja, e o que está em construção, é uma teoria aplicada, focalizando interdisciplinarmente o fenômeno de decisões estratégicas. Ao contrário do que argumentam Nelson e Winter (1982, p. 10), não é necessária alteração do que se entende por ciência. O indispensável é que o cientista aplicado assuma a impossibilidade de atender simultaneamente aos requisitos de aplicabilidade direta da teoria e aos princípios epistemológicos, atualmente aceitos pela comunidade científica. Estes princípios, próprios da ciência pura, são frequentemente evocados ao longo do texto de Nelson e Winter (1982, pp. 51-2, 208-9, 245-7, 402), evidenciando uma tensão que se mostra sem sentido perante a Indeterminação de Senior.

III. CONCLUSÃO

Ambas as abordagens analisadas compartilham a noção de que a construção de uma teoria confere a qualquer campo do conhecimento maior potencial explicativo, além de garantir o seu progresso, no sentido de identificar e explicar novos fenômenos. Em ambas observam-se tensões, e até mesmo aspirações paradoxais, que são facilmente solúveis nos termos da Indeterminação de Senior.

Qualificando, por exemplo, a crítica da teoria evolucionária ao pressuposto da maximização, pode-se dizer que é a aplicação direta de uma teoria abstrata (microeconomia neoclássica), desconsiderando um nível aplicado, que evidencia o aspecto autárquico da economia. Segundo a Indeterminação, trata-se do Vício Ricardiano apenas.

São quatro causas que o induzem: "especialização ascendente, chamamento do dever público, comportamento interesseiro, e cegueira científica". (Silveira, 1991, p. 86)

Reconhecer que existe divisão de trabalho também na ciência parece obviamente simples. O difícil está no reconhecimento das limitações do saber em cada especialização. O problema é secular, e a forma mais simpática de vê-lo está em Schumpeter, quando analisando a contenda do método, "todo trabalhador decente ama seu trabalho. Para alguns, isto é o suficiente para não gostar de outros 'métodos', de uma forma perfeitamente irracional e impulsiva" (citado em Silveira 1993, p. 436). Freeman, recentemente evocou a contenda apontando que as suas questões básicas ainda estão presentes. Concluí que, apesar de difícil, o esforço inter-disciplinar pode contribuir para a resolução "dos dilemas profissionais da economia" (Freeman, 1993, p. 48)

BIBLIOGRAFIA ;

- Blaug, M. **História do Pensamento Econômico**. Publicações Dom Quixote. Lisboa, junho 1990, 2V (traduzido da quarta edição inglesa da Cambridge University Press , primeira edição inglesa , 1961) .
- Chandler, A.D. "What is a Firm?" **European Economic Review** 36 (1992): 483 - 494 .
- Freeman, C. "The Economics of Technical Change: A Critical Survey article for the **Cambridge Journal of Economics**". SPRU. University of Sussex, mimeo, 86 pp. (1993)
- Heilbroner, Robert L. 1986. **The Worldly Philosophers**. New York: Simon & Schuster.
- Lopes, Carlos F. "Mises e o Vício Ricardiano". IEI/UFRJ. Rio de Janeiro . mimeo (1993) .
- Margenau, H. "Que é uma Teoria?", **Edições Multiplic** . EPGE / FGV , número 7 , agosto , 1992 .
- Nelson, R.R. e Winter, S. "In Search of a Usefull Theory of Innovation", **Research Policy** 6 (1977), pp. 36-76.
- Nelson, R.R. e Winter, S. **An Evolucionary Theory of Economic Change**, Harvard University Press, Cambridge , Ma. (1982) .
- Nelson. R.R. "Why do firms differ and how does it matter?" **Strategic Management Journal** 12, pp 61-74 (1991)
- _____. "Recent Writings on Competitiveness: Boxing the Compass", **California Management Review** 34 , número 2 , 127-137 (1992).
- Rumelt, R.P., Shendell, D., Teece, D. "Strategic Management and Economics ", **Strategic Management Journal** , vol , 12 , 5-29 (1991) .
- Silveira, Antonio M., "A Indeterminação de Senior". **Revista de Economia Política**. 11 (4). pp. 70-88. outubro-dezembro (1991).
- _____. "Teorias Econômicas: A Meia-Verdade Temporária", Trabalho apresentado no Congresso Caos, Acaso e Determinismo nas Ciências, Artes e Filosofia , UFRJ , novembro (1992b) , 28 pp.
- _____. "Aplicabilidade de Teorias: Micro-Neoclássica e Estratégia Empresarial", EPGE/FGV. mimeo. , 20 pp. (1992a) .
- _____. "Wagner e Schmoller sob a Luz da Indeterminação de Senior". **Anais do XXI Encontro Nacional de Economia**, Belo Horizonte, ANPEC-93, vol. 2, pp. 421-38.

O ECONOMISTA MAQUIAVEL*

Brena Paula Magno Fernandez
Antonio Maria da Silveira

Buchanan é o principal protagonista da Sedição da Escolha Pública, e por seu trabalho foi laureado com o Nobel de 1986. Em poucas palavras, a Escolha Pública é uma extensão da escola neoclássica para a análise do fenômeno político.

À teoria do consumidor e da firma, oriundas ainda do século passado, agrega-se a teoria do governante. O movimento sedicioso é de três décadas, com origem e concentração nos USA, mas já internacionalizado desde os 1980s. Vemos hoje uma sedição que se erigiu em sedução.

Ao frisarmos sedição estamos não apenas no jogo de palavras, mas também no reconhecimento de que não se trata de revolução alguma para a escola neoclássica. É uma extensão dela para o domínio da ciência política, constituindo-se aqui, sim, em revolução ou invasão, em parte do que vem sendo acusado de "imperialismo econômico".

Maquiavel, segundo Buchanan (1985, p. 39), é o "pai remoto" ou "ancestral" de todos os seguidores da Escolha Pública. De fato, a Sedição reforça a inscrição dele entre os grandes economistas que conduziram a fase pré-histórica da ciência. Constitui-se assim em evidência no sentido de que a importância do cientista para a história do pensamento é variável datada.

Conduzimos um confronto entre o revolucionário da Renascença e seu contraponto da ciência econômica hodierna. Três grandes questões são assim analisadas, percepção e modelo do ser humano (seção I), poder e concepção do governo (seção II), e Vício Ricardiano (seção III). No último, ou na relacionada Indeterminação de Senior, consideramos a divisão de trabalho entre ciência e sua arte, e as categorias em que se ajustam as obras dos dois autores.

Em artigos anteriores, verificamos que Buchanan coloca a ciência a serviço de um objetivo político -- a luta pela liberdade pessoal --, no que apenas entende o **governo limitado ou mínimo**. No estudo de **O Príncipe** e de **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio** transparece obviamente que Maquiavel estava a serviço de um objetivo político -- a **unificação da Itália**. Sua contribuição científica é subproduto deste objetivo prático.

A questão proposta parece-nos suficientemente original para permitir uma abordagem direta de Maquiavel. Decidimos assim fazê-lo neste primeiro artigo, acelerando a pesquisa,

*Este trabalho, desenvolvido a partir de Fernandez (1993), foi apresentado no congresso Caos, Acaso e Causalidade nas Ciências, Artes e Filosofia, II Forum Interdisciplinar, promovido pela Câmara de Estudos Avançados do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Rio de Janeiro, 24 - 6/11/93. Fernandez possui uma Bolsa de Aperfeiçoamento do CNPq na EPGE/FGV, e Silveira é professor da FEA/UFRJ e EPGE/FGV. Palavras Chaves: Vício Ricardiano, Indeterminação de Senior, Aplicabilidade de Teorias, Realismo, Escolha Pública.

JEL B00, Metodologia e História do Pensamento Econômico.

e tendo a futura revisão da literatura sobre o autor como teste no que conseguimos diretamente assimilar.

1-MAQUIAVEL E OS MODELOS DO SER HUMANO

A percepção de Buchanan pode ser detectada em suas frequentes referências ao "ser humano como ele é", no que entende o interesseiro que busca levar vantagem em tudo (Buchanan 1985, pp. 6, 58, 119 e Buchanan e Tullock 1965, pp. 306, 313). Em termos brasileiros coloquialmente correntes, trata-se da lei de Gerson apenas. O construto teórico buchaniiano é o Homem Econômico sem conhecimento perfeito, e com importante penduricalho ético: o seguimento estrito de regras consensualmente estabelecidas (Buchanan 1985, p. 32).

Samuelson (1963, p. 232-3) cunhou de Torção-F o fato de Friedman vangloriar-se do irrealismo de hipóteses. Seguindo-o, chamamos Torção-B o fato, ainda mais estranho, da realidade buchaniiana apresentar-se mais simplificada do que sua abstração no mundo lógico-neoclássico (Silveira 1990a, p. 11). Ao contrário de sua contrapartida teórica, o "ser humano como ele é" não possui qualquer dimensão ética.

O postulado crucial em que se assenta a extensão da análise ao domínio político é a invariância setorial do comportamento humano. No setor privado, como no governamental, o realismo do Homem Econômico é o mesmo. Levando também em conta as invasões neoclássicas paralelas de todos os domínios fenomenológicos, até do casamento ou das relações amorosas fora dele, consolida-se a invariância espaço-temporal do construto analítico.

Na Figura I, apresentamos o que se enquadra, da percepção de Maquiavel, no lado econômico do ser humano. As duas primeiras citações traduzem bem o que seria um homem que se reduzisse ao construto neoclássico. Na visão de Knight (1936, p. 38):

O criticismo racional, econômico de valores dá resultados repugnantes em relação a todo o senso comum. Nessa perspectiva, o homem ideal seria o homem econômico, o homem que sabe o que de fato quer e o 'persegue' com unicidade de propósito. O fato é, certamente, o reverso. O homem econômico é o egoísta, cruel objeto de condenação moral.

A terceira citação pode ser tomada como um dos significados correntes do que se entende por comportamento maquiavélico. Pressupõe conhecimento imperfeito, o que é compatível com a Escolha Pública. A engenhosidade do elemento maquiavélico, entretanto, leva ao construto HAME, de Brunner, e não à rigidez do Homem Econômico segundo Buchanan -- veja Brunner e Meckling (1977, pp. 71-2)¹.

Pode-se dizer que a "aspiração crescente" do ser humano, da quarta citação, encontra-se também subentendida no agente HAME, apesar de o próprio Brunner não tê-la percebido. Trata-se, entretanto, de elemento fundamental do construto menos abstrato da economia

¹ HAME é sigla para Homem Avaliador, Maximizador e Engenhoso. O penduricalho da engenhosidade traduz a capacidade de gerar alternativas, incluindo habilidade e disposição de contornar regras, não importando se consensualmente estabelecidas ou não.

comportamental de Simon, o Homem Administrativo -- veja March e Simon (1959, pp. 47-50, 182-3)².

A quinta citação já envolve uma miopia comportamental, tão inaceitável nos agentes neoclássicos quanto o engano com aparências da sexta. Não conhecemos versão alguma do Homem Econômico que inclui estas dimensões da percepção de Maquiavel.

Desconhecemos também qualquer formulação neoclássica de racionalidade na imitação, como exposta na sétima. Novamente, a imitação encontra-se na versão ampla do Homem Administrativo que se vê em March (1978, pp. 591-3), outro expoente da economia comportamental³.

Concluimos até agora que a percepção de Maquiavel é compatível com o comportamento do agente neoclássico, mas bem mais complexa do que aquilo que já se traduziu nele. Não é surpresa que se enquadre melhor no construto da economia social, pois o nível de abstração deste é menor e Maquiavel, afinal, foi um profissional, não um acadêmico.

Pode, entretanto, surpreender a muitos o que de Maquiavel se enquadra na percepção do lado político do ser humano, como retrata a Figura II. A oitava citação fala da maleabilidade do homem, na sua mudança de comportamento com a religião. A nona reafirma a maleabilidade no reconhecer que o interesse público pode dominar o interesse próprio, quando no exercício do governo. Tem-se violado um postulado básico da Escolha Pública.

Passa-se do construto Homem Econômico ao Homem Político (Brunner e Meckling 1977, pp. 74-5) ou, na análise de Weber (1978, pp. 24-6), do comportamento instrumentalmente racional ao valorativamente racional. Melhor dizendo, mistura-se as duas dimensões, exatamente como soi acontecer na realidade, e como se procura manter na análise aplicada -- ver Georgescu-Roegen (1967, pp. 23-4) e Silveira (1991, p. 75).

Observe-se que a concentração de poder é apenas meio para atingimento do interesse público. A citação dez reafirma o ponto, adicionando a preferência de Maquiavel pela república, em virtude desta estrutura ser mais compatível com a consecução do interesse público do que a alternativa monárquica.

Repete-se o mesmo espírito nas citações seguintes, ambas também representativas do significado popular do vocábulo maquiavelismo: na busca do interesse público, fins justificam meios, e meios cruéis devem ser logo praticados de um só vez.

² O Homem Administrativo não decide entre alternativas, mas compara alternativas dadas, ou desenvolvidas em processo de busca, com um padrão de referência, o seu nível de aspiração. Este é histórica e socialmente determinado, podendo ainda variar com a conjuntura sócio-econômica.

³ March apresenta um quadro geral de referência para a racionalidade, que pode ser visto como a percepção do "ser humano como ele é quando em ações deliberadas" ou, alternativamente, como construto teórico-aplicado. Estende-se o significado de racionalidade, numa tricotomia que abrange o pressuposto neoclássico, o Homem Administrativo de Simon, e a racionalidade sistêmica; nesta, March inclui o seguimento de regras desenvolvidas em aprendizado ao longo da passagem do tempo e, assim, não necessariamente explicáveis em termos de razões correntes.

2-MAQUIAVEL E A "MÃO-VISÍVEL" DO ESTADO

Se para Veblen o empresário é o sabotador do sistema econômico (Heilbroner 1986, p. 235), para Buchanan o mesmo papel fica reservado ao político (Silveira 1990a, p. 9). Na percepção buchianiana, relações econômicas são casos particulares de relações políticas, mas ambas são explicáveis pelo paradigma da troca voluntária.

A mão-invisível de Smith é estendida ao setor governamental, através de regras constitucionais consensualmente estabelecidas e rigidamente obedecidas. A condição de incerteza no nível decisório constitucional garante que o agente neoclássico, em sua busca pelo interesse privado, decida por regras que levam ao interesse público (Buchanan and Tullock 1965, p. 96).

Nada poderia ser mais incompatível com a percepção de Maquiavel. O poder, a concentração de poder discricionário, é a "mão visível" que garante o interesse público. A Figura III complementa a anterior no que já se viu sobre a questão. A citação-13 coloca-o brutalmente, reduzindo o poder às armas.

Na citação seguinte, temos o sentido do vocábulo "maquiavélico", quando no jogo de poder, enquanto que na décima quinta retornamos à ênfase na concentração do poder. A citação-16 formula a escolha do sistema de governo em termos do nível de desigualdade social. Soluções alternativas requerem tratamentos violentos.

Convém lembrar que o marco na luta contra a pena de morte foi Beccaria, que junto de Smith e Turgot, marcou também a criação da economia como ciência, dois séculos e meio depois de Maquiavel (Schumpeter 1986, pp. 179-80, 248).

Finalmente, a citação-17 enquadrar-se-ia na concepção de governo mínimo não fosse pela última asserção, onde se recomenda justamente o aumento de sua amplitude. A correlação ou causalidade simples entre percepção do ser humano e concepção de governo, estabelecida por Brunner e Meckling (1977), não se confirma no caso. O fenômeno é claramente mais complexo.

Maquiavel é assim categorizável entre os que advogam governo amplo e, mais ainda, entre os que percebem que "poder" é variável crucial nas relações políticas, não podendo ser ignorada, nem mesmo em primeira aproximação. Nas duas dimensões não existe guarida alguma para a Escolha Pública em Maquiavel.

3-MAQUIAVEL E A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR

A contribuição científica de Buchanan ajusta-se ao nível mais abstrato da economia pura. Isto não o impede, entretanto, de derivar diretamente proposições normativas, como exemplificam as propostas de reformas constitucionais que defende, instituindo equilíbrio orçamentário, ou determinando taxa constante de emissão de moeda.

Assim, Buchanan excede-se no Vício Ricardiano (Schumpeter 1986, pp. 540, 1171), sendo talvez o maior adicto dele entre os grandes economistas hodiernos (Silveira 1990b, pp. 14-6). O Vício é o hábito de ignorar o que viemos a chamar de Indeterminação de Senior (1938,

p. 3), em homenagem a quem precedeu Mill (1877, pp. 152, 155) numa formulação bem consciente.

Sumariamente, a economia pura não autoriza derivar proposições normativas. A economia social entrelaça a economia pura com as demais ciências, reduzindo a amplitude do campo fenomenológico a fim de abranger os elementos não-econômicos sistemática e significativamente presentes. Pode-se dela derivar proposições normativas, desde que qualificadas pelas especificidades com que o fenômeno ocorre.

Na Figura IV, reunimos uma série de proposições que, em seu conjunto, representa a postura de Maquiavel sob este prisma. A citação-18 mostra-o plenamente consciente da importância que especificidades espaço-temporais assumem no fenômeno social. Segue-se uma afirmação de indeterminismo na história, citação-19, em contraponto dialógico com o que nela se mostra repetitivo, citação-20.

Mudando de campo, vemos a medicina como ciência aplicada (Margenau 1966, pp. 29-31), lembrando a concepção de Kuznets (1961, p. 119) sobre a sua própria economia social. Prosseguindo, na citação-22 lemos um posicionamento de Maquiavel obviamente relacionado com a tese de que "a teoria na prática é outra" (Silveira 1992, p. 3).

No conjunto, as cinco citações permitem-nos afirmar uma razoável consciência da Indeterminação de Senior. Pelo visto, em seu tempo e lugar, Maquiavel não se mostra adicto do Vício Ricardiano. A última citação, entretanto, é ainda mais representativa do pensamento dele, e aponta na direção do Vício.

Observemos, antes do mais, que a citação-23 é interpretável como uma proposta de construto teórico, em distinção a uma simples percepção do ser humano. Em outras palavras, o Estado deve ser planejado "como se" o ser humano fosse mau.

Não se trata de Buchanan, cujo equivalente no tempo e espaço seria algo bem diferente, como o Estado deve ser planejado para o ser humano que é mau. Trata-se de Friedman no seguimento de Walras (Schumpeter 1959, p. 10).

Cabe também destacar que o problema de Maquiavel era a unificação da Itália, a implantação de um Estado, situação de óbvio e dominante confronto com interesses estabelecidos. Acrescente-se as guerras entre cidades-estados, o exército do filho do Papa em particular, as invasões pelo rei da França, esta já unificada, e as incursões do exército do imperador, e tem-se um quadro sem similar algum no país e época de Buchanan.

Na Itália dos 1500s, não se poderia, portanto, afirmar tranquilamente que Maquiavel foi adicto do Vício Ricardiano, mesmo que suas análises da organização e administração do Estado fossem apenas unidimensionais. Naquelas condições, o próprio ser humano devia mostrar-se mais próximo do caso limite de comportamento unidimensionalmente interesseiro.

4 - CONCLUSÃO

Maquiavel foi chamado de "pai ancestral" da Sedição da Escolha Pública, por seu principal protagonista, Buchanan. Este fato levou-nos a conduzir um confronto entre os trabalhos dos dois autores. Analisamos duas grandes questões: a percepção e o modelo do ser humano, e o poder e concepção do governo. Em termos do Vício Ricardiano, e da relacionada Indeterminação de Senior, consideramos ainda a divisão de trabalho entre ciência e sua arte, e as categorias em que se ajustam os trabalhos de ambos.

Maquiavel foi um ativista político, que no trabalho prático se revelou cientista. Em contrapartida, Buchanan é um cientista, que no trabalho acadêmico se revela ativista político. Este tudo faz para minimizar governos, aquele tudo fez pela implantação de um governo, suficientemente grande para unificar a Itália.

Buchanan advoga um governo de regras, a partir do paradigma de trocas voluntárias e da "mão-invisível" de Smith. Maquiavel preocupava-se com armas e a necessidade de concentração do poder discricionário, justamente o oposto em "mão-ostensivelmente-visível".

A análise de Maquiavel não era apenas unidimensionalmente interesseira. Apesar de bem dominante no comportamento de governados, esta dimensão compunha-se com o interesse público quando o governante estava em pauta. Tem-se uma análise precursoramente sócio-econômica. A análise de Buchanan restringe-se ao mais elevado nível de abstração da economia pura.

Maquiavel mostrava-se consciente da importância de especificidades espaço-temporais. Suas abstrações e generalizações empíricas, historicamente fundamentadas ou diretamente percebidas, apresentavam-se qualificadas. Não se lhe pode imputar o Vício Ricardiano. Aparências em contrário são bem relacionáveis a diferenças de tempo e espaço. Buchanan é adicto do Vício, e em destaque dentre os grandes economistas hodiernos.

Como precursor no longo processo de gestação do construto Homem Econômico, antecedendo Mandeville, Ferguson e Adam Smith, Maquiavel já possuía seu nome inscrito na História do Pensamento Econômico. A Sedição da Escolha Pública reforça este reconhecimento apenas, mostrando que a importância do cientista para a história do pensamento é uma variável datada.

Concluimos pela ilegitimidade da filiação de Maquiavel como "pai ancestral" da Escolha Pública. Ao filia-lo, Buchanan chamou atenção para o fato de que o construto neoclássico foi originalmente desenvolvido na análise política. Este resultado é positivo. Não deixa de ser uma excelente cutucada nos que se ufanam de pertencer à mais "dura" das ciências "moles".

**FIGURA I - Maquiavel (1970, 1979) e a
Percepção do Ser Humano: Homem Econômico**

(1 - Lei de Gerson)

Os homens prudentes sabem tirar proveito de todas as suas ações, mesmo daquelas a que a necessidade os obriga (1979, p. 165).

(2 - Dominância da Motivação Econômica)

O Príncipe deve, sobretudo, abster-se de se aproveitar dos bens dos outros, porque os homens esquecem mais depressa a morte do pai do que a perda de seu patrimônio (1970, p. 109).

(3 - Dissimulação ou Maquiavelismo)

Não se deve manifestar imediatamente a própria intenção, e sim procurar obter a qualquer preço o que se pretende. Ao solicitar as armas de alguém, não se dirá: preciso delas para matar-te. Quando as armas estiverem em nossas mãos, poderão ser empregadas para o fim que preferirmos (1979, p. 148).

(4 - Aspirações Crescentes)

De fato, a natureza criou os homens com a sede de tudo abraçar e a impotência de atingir todas as coisas... Esta é a origem de seus variados destinos. Uns querem possuir mais, outros temem perder o que já ganharam; daí o atrito e a guerra, que por sua vez provoca a destruição de um império para servir à elevação de outro (1979, p. 125).

(5 - Ambição)

Mas a ambição do homem é tão violenta que, para satisfazer o desejo do momento, não reflete nas desvantagens resultantes; e não se orienta também pelos exemplos do passado... (1979, p. 264).

(6 - Aparências)

É que os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos vêem o que tu pareces, mas poucos, o que realmente és, e estes poucos não têm a audácia de contrariar a opinião dos que têm por si a majestade do Estado (1979, p. 113).

(7 - Racionalidade na Imitação)

Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita muita coisa (1970, p. 53).

FIGURA II - Maquiavel (1970, 1979) e a Percepção do Ser Humano: Homem Político

(8 - Maleabilidade, Motivação Religiosa)

Com efeito, nossa religião, mostrando a verdade e o caminho único para a salvação, diminuiu o valor das honras deste mundo. Os pagãos, pelo contrário, que perseguiam a glória (considerada o bem supremo), empenhavam-se com dedicação em tudo que lhes permitia alcançá-la... Parece que esta moral nova tornou os homens mais fracos, entregando o mundo à audácia dos celerados. Estes sabem que podem exercer sem medo a tirania, vendo os homens prontos a sofrer sem vingança todos os ultrajes, na esperança de conquistar o paraíso (1979, pp. 205-6).

(9 - Maleabilidade, Homem Político)

Deste modo, o legislador sábio, animado do desejo exclusivo de servir não os seus interesses pessoais, mas os do público: de trabalhar não em favor dos próprios herdeiros, mas para a pátria comum, não poupará esforços para reter em suas mãos toda a autoridade (1979, p. 49).

(10 - Interesse Público, República)

(...) não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo. E é evidente que o interesse comum só é respeitado nas Repúblicas: tudo o que pode trazer vantagem geral é nelas conseguido sem obstáculos. Se uma certa medida prejudica um ou outro indivíduo, são tantos os que ela favorece que se chega sempre a fazê-la prevalecer, a despeito das resistências, devido ao pequeno número de pessoas prejudicadas. O contrário acontece numa monarquia: com frequência o que o monarca faz em seu próprio interesse prejudica o Estado -- e o que beneficia o Estado é nocivo aos interesses particulares do monarca (1979, p. 204).

(11 - Fins Justificam os Meios)

Alguém pode ser acusado pelas ações que cometeu, e justificado pelos resultados destas (...). Só devem ser reprovadas as ações cuja violência tem por objetivo destruir, em vez de reparar (1979, p. 49).

(12 - O Mau de Uma Só Vez)

As crueldades podem ser bem ou mal praticadas. Bem usadas se podem chamar aquelas (se é que se pode dizer bem do mal) que são feitas de uma só vez, pela necessidade de prover alguém à própria segurança, e depois são postas à margem, transformando-se o mais possível em vantagem para os súditos. Mal usadas são aquelas que, ainda que a princípio sejam poucas, em vez de extinguir, crescem com o tempo...(1970, p. 71)

FIGURA III - Maquiavel (1970, 1979) e a Mão-Visível

(13 - Poder)

dissemos acima que é necessário a um príncipe estabelecer sólidos fundamentos; sem isso é certa a sua ruína. E as principais bases que os Estados têm, sejam novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas normas. E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis, referir-me-ei apenas às armas (1970, p. 85).

(14 - Jogo de Poder)

Direi apenas que os homens que foram hostis à fundação de um novo governo, para manter-se carecem eles mesmos de apoio, e o príncipe sempre poderá conquistá-los com grande facilidade. Eles, por sua vez, são forçados a servi-lo com tanto maior lealdade quanto reconheçam a necessidade de anular, pelas ações, aquela péssima opinião que tinha o príncipe a seu respeito (1970, p. 130).

15 - Concentração de Poder

e os partidos criam as facções que dividem as cidades, e originam a ruína dos Estados. (1979, p. 42)(...) Um grupo de homens será incapaz de fundar uma instituição (...) porque a diversidade de opinião obscurece o julgamento (1970, p. 50).

(16 - Regime é Função da Desigualdade)

Pode-se, portanto, concluir que quem quiser estabelecer uma república num país onde haja grande número de aristocratas não terá êxito a não ser que os mate a todos; a quem pretender instituir um reino, ou principado, onde exista sentimento de igualdade entre os homens, só terá êxito se elevar alguns deles acima do nível ordinário dos cidadãos, transformando esses espíritos ambiciosos em aristocratas de fato, e não só de título; dando-lhes terras e castelos... E que os outros sejam obrigados a sofrer um julgo que só a força -- e nenhum sentimento -- os faça suportar. A força do opressor sendo proporcional à dos oprimidos, cada um guarda o lugar onde a sorte o lançou (...) Portanto, que o fundador de uma república a institua onde haja, ou possa haver, ampla igualdade; que se prefira criar uma monarquia onde exista a desigualdade. Do contrário, nasce um Estado desproporcionado no seu conjunto, sem condições para uma longa vida (1979, pp. 177-8).

(17 - Leviatã)

De fato, que é um governo senão o meio de conter os cidadãos de modo que eles não se injuriem mutuamente? Meio que consiste em dar completa segurança à população ou em reduzi-la à impossibilidade de praticar o mal; ou ainda de fazer tantos benefícios ao povo que este não tenha razão para procurar mudar o seu destino (1979, p. 272).

FIGURA IV - Maquiavel (1970, 1979) e a Indeterminação de Senior

(18 - Especificidades)

Vê-se que dois indivíduos cautelosos, um chega a seu desígnio e outro não, e do mesmo modo, dois igualmente felizes, com dois modos diversos de agir, são, um circunspecto e outro impetuoso, o que resulta apenas da natureza particular da época, e com a qual se conforma ou não o seu procedimento. Assim, como disse, dois agindo diferentemente, um vai direto ao fim e outro não. Disso dependem também as diferenças da prosperidade, pois se um se conduz com cautela e paciência e os tempos e as coisas lhe são favoráveis, o seu governo prospera e disso lhe advém prosperidade. Mas se os tempos e as coisas mudam, ele se arruína, porque não alterou o seu modo de agir (1970, pp. 148-9).

(19 - Indeterminismo Histórico)

Não me é desconhecido que muitos têm tido e têm a opinião de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna e por Deus, de sorte que a prudência dos homens não pode corrigi-las, e mesmo não lhes traz remédio algum. Por isso, poder-se-ia julgar que não deve alguém incomodar-se muito com elas, mas deixar-se governar pela sorte (...) Não obstante, e para que o nosso livre arbítrio não desapareça, penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade (1970, p. 147).

(20 - Qualificado Determinismo Histórico)

Quem estudar a história moderna e a história da antiguidade verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda hoje em todos os governos, em todos os povos. Por isto é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelos antigos ou, caso isto não seja possível, imaginando novos remédios baseados na semelhança dos acontecimentos (1979, p. 448).

(21 - Generalização Empírica)

A própria medicina não passa da experiência dos médicos de outros tempos, que ajudam os clínicos de hoje a fazer seus diagnósticos (1979, p. 17-18).

(22 - Teoria e Prática)

Embora sujeitos a erros ao tratar dos assuntos de um modo genérico, os homens não se enganam quando os consideram em particular (1979, p. 153).

(23 - Estrutura para o Homem Mau)

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga as suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião (1979, p. 29).

BIBLIOGRAFIA

- Brunner, Karl and Meckling, William H. 1977. "The Perception of Man and the Conception of Government". *Journal of Money, Credit, and Banking* IX (Feb.): 70-85.
- Buchanan, James M. 1985. *Liberty, Market and the State: Political Economy in the 1980s*. Washington Square, NY: New York Univ. Press.
- and Tullock, Gordon. 1965. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. Michigan: Univ. of Michigan Press.
- Fernandez, Brena P. M. 1993. *Maquiavel e o Vício Ricardiano*. Rio: FGV/EPGE, Pesquisa em Bolsa de Aperfeiçoamento do CNPq, mimeo.
- Georgescu-Roegen, Nicholas. 1967. *Analytical Economics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Heilbroner, Robert L. 1986. *The Worldly Philosophers*. New York: Simon & Schuster.
- Knight, Frank H. 1936. *The Ethics of Competition and Other Essays*. London: Allen & Unwin.
- Kuznets, Simon. 1961. *Six Lectures on Economic Growth*. New York: Free Press of Glencoe.
- Maquiavel, Nicolau. 1970. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro.
- . 1979. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- March, James G. 1978. "Bounded Rationality, Ambiguity and Engineering of Choice". *Bell Journal of Economics* 9 (Autumn): 587-608.
- and Herbert A. Simon. 1959. *Organizations*. New York: John Wiley & Sons.
- Margenau, Henry. 1966. "What is a Theory?" In *The Structure of Economic Science*, ed. by S. R. Krupp. Englewood, NY: Prentice-Hall.
- Mill, John Stuart. 1877. *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*. London: Longmans, Green, and Co.
- Samuelson, Paul A. 1963. "Comments to Professor Nagel's Article". *American Economic Review* LIII (May): 229-36.
- Schumpeter, Joseph A. 1949. "Science and Ideology". *American Economic Review* XXXIX (March): 345-59.
- . 1959. *The Theory of Economic Development*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- . 1986. *History of Economic Analysis*. London: Allen & Unwin.
- Senior, Nassau William. 1938. *An Outline of the Theory of Political Economy*. London: Kimble & Bradford.
- Silveira, Antonio M. 1990a. "The Public Choice Sediton: Variations on the Theme of Scientific Warfare". *Análise e Conjuntura*, porvindouro. Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo.
- . 1990b. "The Public Choice Perspective and Knight's Institutional Bent". *Revista Brasileira de Economia*, porvindouro. Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo.
- . 1991. "A Indeterminação de Senior". *Revista de Economia Política* 11 (outubro/dezembro): 70-88. Cambridge: Clare Hall, Univ. of Cambridge, mimeo. 1990.
- . 1992. "Teorias Econômicas: A Meia-Verdade Temporária". *Revista Brasileira de Economia*, porvindouro. Rio: Ensaio Econômico N. 204 (dezembro de 1992) da EPGE/FGV.
- Weber, Max. 1978. *Economy and Society*. Edit. by Roth, Guenther and Wittich, Claus. Berkeley: University of California Press.



000083708



N.Cham. P/EPGE SPE S587p

Autor: Silveira, Antonio Maria da.

Título: Por uma ciência económica filosoficamente



083708

48155

FGV - BMHS

Nº Pat.: F1083/98